

Mapa Conceitual – n.º 22/2016 – ARAUJO, A.M. (Artigo de Revista)

Referência bibliográfica: PASSERINO, Liliانا M. Indicadores de inclusão digital: uma análise dos multiletramentos propiciados em redes sociais online a partir da ótica do posicionamento. Revista Quaestio: Socorocaba/SP, v. 13, n. 2, nov./2011. P. 7-32.

Quem são os sujeitos da exclusão digital citados no texto: São os sujeitos que não possuem artefatos tecnológicos digitais e nem acesso a internet.

Quais são os projetos propostos como alternativa e superação a exclusão digital?

Não possui projetos propostos. Porém, traz uma pesquisa envolvendo idosos, onde os mesmos foram incentivados a se posicionar nas redes sociais com intuito de incluí-los digitalmente.

Metodologia

Pesquisa etnográfica do tipo blended desenvolvida com um grupo de sujeitos idosos frequentadores de uma comunidade online entre 2010-2011 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. P.10

Como o texto define a Exclusão Digital? Qual a relação da Exclusão digital e a Educação?

O autor fala do conceito de inclusão digital, que entende-se como antagônico da exclusão digital: "trata-se não apenas em desenvolver capacidades técnicas de atuação no ciberespaço, mas capacidades de criação e produção de significados e sentidos nos espaços digitais". p. 11

Abordagem Teórica e Teóricos utilizados

Warschauer (2006) - alerta que a Inclusão Digital (ID) deve ser vista como uma faceta da inclusão social e que, portanto, uma análise da mesma deveria considerar mais indicadores dos que os diretamente observáveis (como infraestrutura ou impactos econômicos diretos). P. 9

Warschauer (2006) - a relação entre tecnologia de informação e comunicação (TIC) e inclusão social não é linear, mas interacional envolvendo quatro subsistemas interrelacionados e que configuram a forma com a inclusão digital desenvolve-se num determinado projeto. P. 11

Kleiman, 2008 - consideramos letramento numa concepção sociocultural e define-se como "[...] um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, como sistema simbólico e como tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos. p.12

A concepção de inclusão digital adotada sob a ótica de Warschauer (2006) considera além dos modelos de infraestrutura e conectividade o conceito de letramento como modelo que privilegia as práticas culturais desenvolvidas com tecnologias. P. 12

Conceito de multiletramento, segundo Rojo (2009) é ainda um conceito complexo e ambíguo na literatura, pois envolve, além da multisssemiose e, multimodalidade das mídias digitais e "[...] pelo menos duas facetas: multiplicidade de práticas e multiculturalidade". P. 13 e 14.

Buckingham (2010) que com relação às buscas na Internet, considera importante que os usuários tenham capacidade de analisar e criticar as fontes de informação, assim como, a intencionalidade por trás da veiculação de determinada informação na mídia e a representação intersubjetiva do mundo feita nesse contexto. p. 14

Oliveira et al (2004) que preferem o conceito de posicionamento como uma alternativa dinâmica na produção de sentidos e significações do mundo. P. 16

Warschauer (2006) um processo de ID deve contemplar os quatro subsistemas (equipamento, conectividade, letramento e comunidade de prática). P. 27

Síntese do texto (Associação de ideias/Crítica/ Foco/Posicionamento)-> Citações Diretas:

- Pesquisas2 desenvolvidas desde 2006 pelo nosso grupo mostram que socialização on-line pode ser um fator de inclusão social via Tecnologia de Informação e de Comunicação (TIC) de diferentes grupos sociais. P.9 - A inclusão digital (...), trata-se não apenas em desenvolver capacidades técnicas de atuação no ciberespaço, mas capacidades de criação e produção de significados e sentidos nos espaços digitais. P. 11 - Inclusão digital (...) não podem se ater apenas em confirmar a apropriação tecnológica dos participantes é necessário incluir outras dimensões na análise desse fenômeno, uma das dimensões que adotamos é compreender a produção de sentidos e significados nesse espaço a partir da análise dos posicionamentos dos atores. P.12 - (...) entendemos letramento enquanto prática social de caráter narrativo que pode se apresentar com diferentes suportes ou multi-representações, sem se ater necessariamente à produção escrita, mas sim a uma síntese sincrética de oralidade/escrita. P. 13 - o letramento digital implica numa convergência de letramentos que sofrem mudanças qualitativas de acordo com as práticas culturais adotadas pelos diferentes grupos sociais. P. 14 - A teoria do posicionamento se vale de mais dois construtos para compreender episódios sociais. (Estes são: a) a força social que é o ato de assumir para si mesmo e atribuir para os outros posicionamentos, e b) as linhas de história que se referem aos conjuntos de significados construídos (sentidos) pelos participantes associados às posições num determinado contexto interativo. p. 17 - A teoria do posicionamento (com a tríade de conceitos) apresenta elementos importantes para a análise de uma rede social, pois permitiria compreender o grau de inclusão e participação na rede ao analisar as posições negociadas ou atribuídas evidenciando direitos e deveres de discurso e de ação, dos participantes, fornecendo indícios de letramento e de inclusão digital. P. 18

Mapa Conceitual – n.º 23/2016 – ARAUJO, A.M. (Capítulo de livro)

Referência bibliográfica: PRETTO, Nelson De Luca. SOUZA, Joseilda Sampaio de. ROCHA, Telma Brito. Tabuleiro Digital: Uma experiência de inclusão digital em ambiente educacional. In: BONILLA, Maria Helena Silveira; PRETTO, Nelson de Luca (Org.). Inclusão digital - Polêmica contemporânea. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2011. P. 163-182. ISSN 978-85-232-0840-0

Quem são os sujeitos da exclusão digital citados no texto: são os sujeitos que não são capazes de se apropriar dos meios digitais de forma sociocognitiva.

Como o texto define a Exclusão Digital? Qual a relação da Exclusão digital e a Educação?

Também já se vem tornando coroa que a exclusão digital é óbice para que se alcance a cidadania plena. De fato, o distanciamento ou não envolvimento nessa área cada vez mais coloca o indivíduo à margem dos benefícios que a tecnologia contemporânea vem proporcionando, no mundo do trabalho, dos negócios ou atividades de lazer. P. 163 O autor associa um projeto educacional que atua na educação – Pretto, 2005 – o premiado Projeto Tabuleiro Digital - O projeto pode ser considerado como a linha de frente mais visível do nosso grupo de pesquisa e busca, de maneira intensa e articulada, atingir três campos de atuação: inclusão sociodigital, educação e a utilização do software livre (SL), de forma a “promover e entender a inclusão sociodigital como elemento fundamental para o mundo contemporâneo”. P.167

Quais são os projetos propostos como alternativa e superação a exclusão digital?

São exemplos dessas ações as experiências com a adoção de softwares livres nas universidades, a educação a distância com a intensificação do uso de ambiente livres a exemplo do Moodle, o envolvimento de universidades com o programa Cultura Viva do Ministério da Cultura através do desenvolvimento de projetos de Pontos e Pontões de Cultura. P.164. Rádio Faced Web, a pequena infraestrutura de produção e veiculação de vídeos (o projeto ÉduCANAL), as linhas de pesquisa sobre software livre e o projeto dos Tabuleiros Digitais (TD). O ÉduCANAL é um projeto que busca implantar dentro da Faculdade de Educação uma capacidade de pesquisa, produção e transmissão, para o interior desta Faculdade, de vídeos coletados ou produzidos no interior da Faced. P. 164. Projeto Rede de Intercâmbio de Produção Educativa (RIPE) - Com a lógica da rede presente e a incorporação dos princípios da ética hacker. P. 165. Projeto Produção colaborativa e descentralizada de imagens e sons para a educação básica: criação e implantação do RIPE - entre 2008 e 2010, buscou gerar uma transformação no modo de apropriação das tecnologias da informação e comunicação (TIC) na educação e possibilitar a ampliação das oportunidades de expressão de pontos de vistas locais, criando condições para o exercício da cidadania a partir da mobilização de alunos e professores nas escolas públicas do estado da Bahia. P.165 Projeto RITU (Rede de Intercâmbio de Televisão Universitária) - uma plataforma desenvolvida em software livre com o objetivo de servir de base para a montagem de uma rede de intercâmbio de produtos e compartilhamento de processos de produção colaborativa realizados pelos alunos e professores de escolas públicas da Bahia. P. 166. Projeto Um Computador por Aluno (UCA) - passamos a integrar as equipes que estão trabalhando no processo de formação dos professores para uso dos notebooks. P. 166. O projeto Sou Livre também! com o objetivo de mobilizar a comunidade Faced para o debate sobre a articulação software livre, inclusão digital e formação de professores, promovendo debates, encontros, oficinas, cursos e outras atividades para discutir as propostas políticas e institucionais do uso do software livre e da inclusão digital e as suas implicações para a sociedade brasileira. P. 178

Abordagem Teórica e Teóricos utilizados

PRETTO, 1996 - Dessa forma, pesquisadores e educadores de um modo geral estão convencidos que a escola contemporânea, em qualquer que seja o nível, não pode ficar indiferente e se furtar ao exame das possibilidades de uso do computador e da internet no espaço pedagógico, enquanto elemento estruturante de um novo processo de educação (p.163). Castells (1999) - Entendemos as redes como estruturas abertas capazes de se expandirem de forma ilimitada, integrando novos nós que precisam se comunicar no seu interior, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objetivos de desempenho). P. 165. André Lemos (2003) - André Lemos, "incluir é ter capacidade livre de apropriação dos meios, que não é só técnica, mas sociocognitiva". Bonilla, 2005 - afirma que inclusão digital "implica vontade e ação política". Para a autora, não basta apenas universalizar as tecnologias. Isso é uma condição necessária, mas não suficiente. É preciso investir na democratização do uso. P. 169. Bonilla, 2005 - (...)tanto nos espaços dos Tabuleiros Digitais, quanto nas salas de aulas onde irão atuar, esses futuros professores necessitam se aproximar mais dos jovens, buscar conhecer quais são "suas características, desejos, habilidades e valores". P. 177

Síntese do texto (Associação de ideias/Crítica/ Foco/Posicionamento)-> Citações Diretas:

- (...) vemos as universidades cada vez mais recheando os currículos com disciplinas direta ou indiretamente ligadas a essa temática, criando ou atualizando conteúdos relacionados com o saber digital, muitas vezes numa perspectiva meramente instrumental. Algumas universidades, no entanto, buscam superar essa visão instrumental e passam a pensar na importância da cultura digital para a formação dos professores. P. 164 - O Tabuleiro Digital é um projeto implantado em 2004 com o objetivo de favorecer a universalização do acesso às tecnologias da informação, através da oferta de terminais de acesso público e livre à computadores conectados à internet, objetivando, assim, a leitura/escrita de e-mails e navegação na internet. P. 167 - Tabuleiro Digital foi implantado no salão do espaço comunitário, administrado pela igreja católica no bairro de Pirajá, oferecendo oficinas e cursos de Inclusão Digital e Economia Solidária, utilizando softwares livres, além de fomentar soluções para que o Tabuleiro se tornasse autossustentável. P. 168 - Ao nomear o projeto de “Tabuleiro Digital” buscou-se estabelecer um forte vínculo com a estética urbana da Bahia, estado onde é possível encontrar um tabuleiro de acarajé em cada esquina ou praça. Com isso, articulou-se essas duas culturas, numa dinâmica em que a internet seja encarada como algo presente no cotidiano, que faça parte da vida diária de todas as pessoas. P. 168 - softwares livres, sistemas operacionais que permitem aos usuários a liberdade de estudar, executar, modificar e repassar, sem que para isso devam ter que pedir permissão ao autor do programa. P. 169 - Entendemos que devemos democratizar essas tecnologias oportunizando igualdade de acesso, pois a lógica da rede é também a do compartilhamento de informação, razão pela qual devemos começar compartilhando o conhecimento chave dos softwares, o código fonte, e assim tornar possível o acesso à informação em sua plenitude e em escala global. P. 170 - Promover a inclusão digital requer que aqueles que estão envolvidos no processo possam refletir sobre a democratização desses equipamentos para a comunidade, compreendendo-os como um bem público, um patrimônio da comunidade e que, por isso, precisa ser cuidado e compartilhado. P. 171 - O projeto Tabuleiro Digital está centrado na lógica da navegação livre, compreendendo a internet como um patrimônio da humanidade que necessita de infraestrutura disponível para possibilitar o acesso pleno das camadas menos privilegiadas da sociedade a esses recursos. p. 174 - Fica evidente a distância entre o discurso em defesa da chamada inclusão digital e a perspectiva “privatista” de um uso exclusivo para os estudantes da Universidade. P. 176 - Nosso projeto de inclusão digital se propõe ser mais do que ter um mero acesso à máquina, é o exercício de cidadania na interação com o mundo da comunicação e da informação, pois os sujeitos que estão envolvidos têm liberdade de escolher sua rota de navegação e, principalmente, podem assumir a comunicação como sendo o papel central de todo o processo de inserção na cibercultura. P. 179

Mapa Conceitual – n.º 24/2016 – ARAUJO, A.M. (Artigo)

Referência bibliográfica: SICHONANY NETO, Saul de Oliveira. Democracia e sustentabilidade: a exclusão digital e a participação virtual. 2011. Publica Direito. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=9d9a7c23c3fef5fc>>. Acesso em: 11 set. 2015.

Quem são os sujeitos da exclusão digital citados no texto: Pessoas que não tem acesso a tecnologias que possibilitam o acesso à internet.

Metodologia

Método de abordagem dialético, pesquisa bibliográfica e documental.

Quais são os projetos propostos como alternativa e superação a exclusão digital?

Banda Larga nas Escolas e Computadores para Inclusão, os quais são feitos sob a justificativa de desenvolvimento social, econômico, político, cultural, ambiental e tecnológico dos cidadãos. P. 9

Como o texto define a Exclusão Digital? Qual a relação da Exclusão digital e a Educação?

Um desses confrontos pode ser identificado na exclusão digital, que, grosso modo, consiste na falta de acesso a tecnologias que possibilitam o acesso à internet. Entretanto, a exclusão digital não possui uma causa única, bem como pode gerar consequências ao desenvolvimento de práticas democráticas virtuais. P.2 (...) a falta de acesso às NTICs e à internet é chamada de exclusão digital, isto é, a pessoa está fora do chamado mundo digital. P.8 No que tange à exclusão digital cultural, podem ser destacados três fatores: nível educacional, a questão do monolinguismo das redes de informação e comunicação e a privatização do conteúdo cultural. A educação aqui tratada não é a educação formal, mas a incidental, que introduz a pessoa aos sistemas informatizados. P.11 A exclusão digital, dessa maneira, impossibilita, em um primeiro momento, que as pessoas participem por meio da rede, no caso de ser desenvolvida a teledemocracia, uma vez que a conexão à internet é uma condição de possibilidade. P. 12 (...) é preciso ter acesso à internet para participar. Mas isso não basta. As pessoas devem ter condições de encontrar e analisar informações em meio ao oceano de dados e conteúdos da internet, para transformá-las em conhecimento, criar uma opinião e poder debater e interferir efetivamente nos processos de tomada de decisão política. P. 14

Abordagem Teórica e Teóricos utilizados

FREITAS, 2012 - Existem diversas crises que se inter-relacionam, tais como a crise da desigualdade de renda, da favelização incontida, da escassez visível de democracia participativa, da carência flagrante de qualidade da educação, dentre muitas outras (p. 3). LUÑO, 2004 - Além da teledemocracia, identifica dois tipos de cidadão que podem ser encontrados na internet: o cibercidadão e o cidadão.com. O primeiro é o polo positivo, que pode ser retratado como o cidadão engajado, participativo, interessado não somente nas suas questões particulares. O segundo é o polo negativo, retratado como mero sujeito passivo da manipulação dos poderes públicos e privados. P. 7 SILVEIRA, 2003 - Ter acesso à informação e poder controlar ou disseminar essa informação, assim como ideias, ideologias, opiniões, é uma importante fonte de poder e de possibilidade de domínio sobre outras pessoas. "O processo de disseminação de ideias sempre foi fundamental para a manutenção ou a alteração do poder na sociedade" (p.8). WILHELM, 2002 - Ao se tratar do fator econômico, o fator renda é bastante importante, mas este já foi refutado como sendo o único que impede o acesso às TIC e à internet. Mesmo que ainda se fale que a renda é a linha divisória entre inclusão e exclusão digital, outras análises revelam que este fator é importante, porém não está dissociado de um contexto maior. (p. 9). Victor Hugo (2011, p. 51-54) apresenta a exclusão digital histórico social, onde aponta que as exclusões seculares existentes no país perpetuam-se no tocante ao mundo digital. Nesse ponto, apresenta o exemplo da população negra, tendo em vista que somente 13,3% dos negros com mais de 10 anos já acessaram a internet. Isso piora no caso da mulher negra e pobre, que tem acesso menor que o homem, geralmente por estar vinculada a trabalhos domésticos ou braçais, que não incentivam o uso de computador e internet. P.11

Síntese do texto (Associação de ideias/Crítica/ Foco/Posicionamento)-> Citações Diretas:

- A internet revolucionou a forma como as pessoas se relacionam, privilegiando modos mais transversais e estruturas mais fluidas. Além disso, as noções de espaço e tempo foram radicalmente modificadas, com o estabelecimento de contatos imediatos, em tempo real, independente da distância espacial. p. 6 - (...) um ponto que depende muito de vontade política e que é essencial para o desenvolvimento de práticas democráticas participativas, como é o caso da teledemocracia, é a redução da exclusão digital. Não há como se falar em participação, especialmente com o uso de ferramentas tecnológicas, se grande parte da população não tem qualquer tipo de acesso a essas tecnologias e aos benefícios comunicativos e informacionais delas advindos. P. 7 -Todavia, esses programas não logram resultados satisfatórios, tendo em vista o grande número de brasileiros digitalmente excluídos. As ações governamentais apresentadas no site do Governo Eletrônico não atacam diretamente os fatores de políticas públicas relativas às telecomunicações, nem mesmo os fatores econômicos que causam exclusão digital. P.9 - A exclusão digital não está ligada somente à capacidade financeira dos cidadãos usuários, mas particularmente ao lucro que as multinacionais de infraestrutura de telecomunicações podem auferir em determinadas regiões. Essas empresas escolhem os lugares onde investirão na melhora da infraestrutura de acordo com as possibilidades de ganho. Assim, muitos cidadãos têm condições de adquirir computadores e outros aparelhos que se conectam à internet, mas podem não contar com conexão à rede, quantitativa e qualitativamente. (GONÇALVES, 2011, p. 42-43). P. 9 e 10. - Portanto, os números apresentados na pesquisa dão conta de comprovar o que foi dito anteriormente, ou seja, não basta ter condições financeiras para possuir um aparelho com acesso à internet e ter de fato acesso à internet. O fator econômico é muito mais influente quando se trata de investimentos e disponibilização de estrutura para o acesso. P. 10 - a exclusão digital não está somente vinculada à renda, mas principalmente à região onde determinada pessoa reside, que terá maior ou menor investimento por parte das multinacionais de telecomunicações, de acordo com seus interesses de lucratividade. P. 11 - Aliado a isso, está o anglicismo da linguagem das tecnologias da informação e da comunicação. Assim, tudo que se produz em termos de tecnologia é controlado e dominado pela língua inglesa, o que dificulta o acesso àqueles que desconhecem essa língua. P. 11 - (...) inclusão digital não está ligada apenas à possibilidade de aquisição de aparelhos com acesso à internet e às condições financeiras dos cidadãos para conectarem-se à internet. A inclusão digital somente acontece quando as pessoas adquirem condições de transformar as informações apreendidas em conhecimento. P. 12 - O combate à exclusão digital deve ir na direção de uma inclusão que dê condições às pessoas de, a partir das informações acessadas na web, participarem de discussões e debates, formarem uma opinião e interferirem politicamente. P. 12 - Caso persistam níveis de exclusão digital tão altos como os observados, especialmente nas camadas de menor renda da sociedade, bem como nas regiões mais pobres do país, os vícios, inconsistências e desequilíbrios da política atual serão reproduzidos ou até exacerbados, sendo que a teledemocracia poderá ser imaginada como uma democracia de elite (FREY, 2002). Essa democracia de elite contradiz aquela forma, desejada, de “democracia ecológica, sustentada e auto-sustentável”, preconizada por J. J. Canotilho. P.13 - A Internet e as TICs (...)Elas podem auxiliar no desenvolvimento humano dos cidadãos, por meio da aquisição de conhecimento, bem como com a tomada de medidas de participação pela web, que possibilitam a criação de debates e discussões de muitos com muitos, independente de fronteiras geográficas, em tempo real, que influenciem nas decisões políticas. Mas para que isso ocorra é preciso combater as causas de exclusão digital, para que cada vez mais pessoas entrem no mundo virtual. P. 13 - (...) identificaram-se várias formas e causas de exclusão digital: referente às políticas públicas, onde o Estado, ao privatizar suas redes de telecomunicações, concedeu monopólios a empresas multinacionais, dificultando a concorrência em razão da burocracia; a econômica, que não está ligada somente à renda dos cidadãos, mas principalmente às estruturas econômicas que exploram as telecomunicações, as quais escolhem onde e como investir de acordo com as possibilidades de lucro; a cultural, ligada à educação, que não é relativa exclusivamente à educação formal, sendo necessária educação incidental para lidar

com as tecnologias, ligada também ao monolinguismo das tecnologias e à privatização da cultura; e, por fim, a histórico social, atrelada às exclusões sociais históricas, como no caso dos negros e dos índios. P. 14 - Caso seja mantida a exclusão digital no grau atualmente encontrado, onde as classes mais abastadas estão quase totalmente incluídas e as classes mais baixas com números ínfimos de acesso às tecnologias, a democracia com suporte tecnológico tornar-se-á uma democracia das elites. P. 14

Mapa Conceitual – n.º25/2016 ARAUJO, A.M. (Artigo de Revista) – Vial, Hevellyne

Referência bibliográfica: ROTHBERG, Danilo. Contribuições a uma teoria da democracia digital como suporte à formulação de políticas públicas. Revista Iberoamericana Cts, Buenos Aires, v. 5, n. 14, p.69-87, maio 2010. Disponível em: <<http://www.revistaacts.net/>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

Metodologia

Pesquisa bibliográfica em que: Em primeiro lugar, aspectos pertinentes da concepção política de justiça de Rawls (2000) são revistos. Em segundo lugar, são examinados os termos da cooperação política no contexto da qualidade do discurso necessária à participação, em especial por meio dos instrumentos de democracia digital.

Como o texto define a Exclusão Digital? Qual a relação da Exclusão digital e a Educação?

O texto não define a exclusão digital, nem a relação dessa exclusão com a educação. Por outro lado o texto fala da importância de uma democratização dos meios de conhecimento digital, para que ocorra uma participação política da sociedade de forma mais abrangente.

Quais são os projetos propostos como alternativa e superação a exclusão digital?

Propõe uma democracia digital, uma união de esforços para que essa área seja melhor desenvolvida. Promovendo a justiça para que se diminua a desigualdade.

Abordagem Teórica e Teóricos utilizados

- República Federativa do Brasil, 2006 – aborda se a tecnologia deveria ser incorporada ou não no sistema público de saúde. Pg. 2
- República Federativa do Brasil, 2003 – Políticas públicas que tornam o cidadão como produtor de conhecimento coletivo. Pg. 2
- Rothberg, 2008; Coleman, 2002 e 2004; OCDE, 2003 – consulta pública e transparência nas avaliações políticas da população. Pg. 3
- Rawls (2000: 207-208) – definições para democracia e desigualdades sociais e econômicas. Pg. 5
- Rawls, 2000: 188 – liberdade política dos indivíduos. Pg. 5
- Habermas, 1989 – Teoria da participação política eletrônica. Pg. 5
- Rawls, 2000: 179 – compartilhamento de valores comum. Pg. 6
- Araújo (2002: 80-81) – sistema cooperativo de participação política. Pg. 6
- Rawls (2000: 251) e Rawls (2000: 337) – diversidade de doutrinas morais, filosóficas e religiosas. Pg. 6
- Rawls (2000: 239) – Aceitação da sociedade nas concepções políticas públicas que regem a sociedade. Pg. 7
- Rawls, 2002: 274 – nem todos os problemas podem ser facilmente resolvidos com um consenso da sociedade. Pg. 7
- Rawls (2000: 275) – opinião liberal confrontada pelo pluralismo. Pg. 8
- Rawls (2000: 274) – estímulo a convergência de pensamentos. Pg. 8
- Rawls, 2000 – afirma que sua obra abrange a filosofia política e aspira soluções de problemas políticos atuais. Pg. 8
- Rawls, 2000: 275 – virtudes da sociedade como bem comum. Pg. 9
- Coleman, 1998; Putnam, 1995 e 1999 – gestão pública e responsabilidade dos indivíduos. Pg. 9
- Coleman, 2004 – fortalecimentos dos setores sociais. Pg. 9
- Rawls (2000: 210) – Julgamento se as instituições públicas e sociais são ou não justas. Pg. 10
- Rawls, 2000: 346 – liberdade do cidadão. Pg. 10
- Rawls (2000: 370) – igualdade política. Pg. 10
- Rothberg, 2005; Souza et al., 2002 – mitificação da ciência e despolitização. Pg. 11
- Benkler, 2006 – quase eliminação dos custos para a comunicação. Pg. 11
- Rawls, 2000: 283 – liberalismo político. Pg. 12
- Rawls, 2000: 343 – buscar acordos usando de metas primordiais. Pg. 12
- Polat, 2005; Wright e Street, 2007; United Kingdom, 2002 - esclarecimento de documentos de forma didática, facilitando o debate. Pg. 13
- Dahlberg, 2001a e 2001b; Gomes, 2005; Marques, 2006 – redes sociais como base de busca política. Pg. 13
- Araújo, 2002: 84-85 – consentimento das pessoas sobre os debates políticos. Pg. 13
- Habermas, 1989 – ética do discurso. Pg. 14
- Habermas, 1989 – base normativa da democracia se baseia na correção do debate. Pg. 15
- Benkler, 2006 – arenas públicas criadas com canais proporcionados pelas novas tecnologias. Pg. 15

Síntese do texto (Associação de ideias/Crítica/ Foco/Posicionamento)-> Citações Diretas->

Estas objeções se tornam ainda especialmente vigorosas no contexto do Brasil e outros países da América Latina, nos quais a exclusão digital e a falta de domínio do público em geral com as novas tecnologias são enormes, a despeito de ações bem-sucedidas de governos comprometidos. Pg. 3

As consultas públicas online figuram como uma espécie de atualização dos meios de proteção e fortalecimento dos direitos políticos, agora com o suporte das novas tecnologias, e principalmente de forma decisiva para o contexto que importa aqui. Pg. 5 (...) Ou seja, em uma extensão deste raciocínio, pode-se apontar aqui que as formas colaborativas de formulação de políticas públicas devem circunscrever as discussões em torno de propostas objetivas, a serem avaliadas de acordo com eixos específicos. Se eleições periódicas apenas difusamente correspondem a uma tal proposição, é plausível esperar que os sistemas de informação empregados em consultas públicas online sejam capazes de encaminhar debates e contribuições com mais foco e ênfase na obtenção de consensos possíveis, apesar da miríade de fatores envolvidos em algumas áreas, como gestão de ciência e tecnologia. Pg. 6 (...) É preciso, essencialmente, que os cidadãos cheguem a um acordo sobre questões relativas à administração dos meios de promoção e socialização de riqueza e distribuição equitativa de oportunidades. Certamente não é uma exigência simples, pondera o autor, mas as alternativas são a desordem permanente, a violência, a ruptura institucional e a guerra civil, as quais eventualmente ocorrem de fato, justamente quando os conflitos políticos se excedem de forma a alimentar os anseios, provenientes de determinadas camadas, de universalização forçada de doutrinas particulares. Mas, diante destas opções, as sociedades tendem a preferir soluções pacíficas; a obtenção de consensos circunstanciais parece mais produtiva. Pg. 7 O capital social é a qualidade construída por redes de cooperação que incentivam o surgimento de confiança, solidariedade e parcerias produtivas em uma dada circunstância social, na qual comportamentos positivos para a coletividade tendem a ser estimulados, enquanto desvios destrutivos tendem a ser desestimulados. Pg. 9 Ele sublinha que uma concepção política de justiça prevê que, para serem livres, os indivíduos devem, em primeiro lugar, concordar a respeito dos termos com os quais se constrói uma base de acordo para a sustentação das liberdades políticas, e em segundo lugar devem agir cooperativamente a fim de fazer valer sua liberdade na construção de acordos sobre diretrizes e prioridades dos instrumentos de afirmação da justiça e de redução de iniquidades. Pg. 9 Em resumo, uma concepção política da justiça abrange: a) um consenso sobre a estabilidade das regras do regime democrático constitucional; b) um consenso sobre os outros aspectos formais da estrutura básica, descartando-se aí, devido ao “fato do pluralismo”, a necessidade da adoção de uma única doutrina abrangente particular; c) valores de base da cultura pública democrática. Pg. 10 -As faculdades de raciocínio e julgamento necessárias à participação na vida política podem ser perturbadas por erros razoáveis. O desacordo, nesse âmbito, não pode ser explicado pela existência de preconceitos, falta de visão ou resistências levianas, porque invocar tais fatores significa questionar o próprio caráter dos parceiros, e esta postura foge da predisposição razoável de se chegar a um acordo. Pg. 12 -As políticas públicas devem ser avaliadas em sua inteireza, com antecedentes históricos, pressupostos teóricos e morais, resultados esperados, tempo de alcance dos desfechos previstos, exame de alternativas etc. A informação necessária a esse debate deve proporcionar um diagnóstico de compensações, ou seja, de vantagens e desvantagens da adoção de determinada linha de ação. Pgs. 14; 15.

Mapa Conceitual – n.º26/2016 – ARAUJO, A.M. – (Capítulo de livro) – Vial, Hevellyne

Referência bibliográfica: MERCADO, Elisângela Leal de Oliveira. Internetês na Escola: avanço, retrocesso ou diversidade da língua? In: MACHADO, Glaucio José Couri (Org.). Educação e ciberespaço: estudos, propostas e desafios. Aracaju: Virtus, 2010. p. 80-107.

Quem são os sujeitos da exclusão digital citados no texto: Os sujeitos da exclusão seriam aqueles não adeptos do “internetês”. (Pg. 21)

Abordagem Teórica e Teóricos utilizados

Lévy, 1999 – mundos digitais como lugar de encontro e meio de comunicação. Universalização da língua. Pg. 3; 24 Marcuschi, 2010 – tecnologia e cultura interferindo na escrita. Leitura de texto não linear em ambiente virtual. Produção de gêneros escritos. Formas de textualização. Pg. 4; 5; 23; 25 Lajolo (apud GOIS, 2010) – inventar e alterar linguagens pelo uso. Pg. 6 Benedito (2003 apud FREITAG, 2010) – linguagem tem normas para ser construída. Pg. 10;12 Thurlow e Brown, 2010 – paradigmas da comunicação em ambiente virtual. Pg. 12 Pereira e Costa (2002, p. 43) – por que na internet a escrita é diferente da solicitada na escola. Pg. 13 Bakhtin, 1997 – o sentido se evoca a partir da situação social. Língua dinâmica e viva Pg. 14 Dias, 2010 – materialidade digital da língua. Pg. 15 CRYSTAL, 2001 – Língua e pontuação. Pg. 20 CONSOLARO, 2010 – língua viva. Pg. 22 Bagno, 2007 – inclusão digital. Diversas possibilidades de escrita. Pg. 22; 24 Marcuschi e Xavier (2004) – os usos fundam a língua. Pg. 23 Freire, 2005 – há uma realidade de exclusão digital no Brasil. Pg. 25

Quais são os projetos propostos como alternativa e superação a exclusão digital?

A partir da negação do “internetês”, usando conscientemente nosso idioma. (Pg. 21)

Como o texto define a Exclusão Digital? Qual a relação da Exclusão digital e a Educação?

O autor não define Exclusão Digital, nem a relaciona com a educação.

Síntese do texto (Associação de ideias/Crítica/ Foco/Posicionamento)-> Citações Diretas:

O internetês é uma linguagem surgida em meados do final do século XX em ambientes virtuais, baseada na simplificação, na abreviação ou na supressão de letras em palavras, utilizadas nos enunciados da comunicação interpessoal. Pg 1 -O uso do internetês tem provocado nos espaços escolares calorosas discussões, por desviar-se muito da língua escrita padrão e por reforçar a pobreza linguística dos alunos ou regressão da Língua Portuguesa. Pg. 1-2 -O internetês está conduzindo o indivíduo a uma cultura eletrônica, uma nova economia da escrita presente na Internet, nas telecomunicações, na televisão interativa e noutras áreas da tecnologia. Diante disso, um canal de TV a cabo criou o Cyber Movie, no qual ocorrem sessões de filmes legendados em

internetês. Para os jovens, esse feito permite que a leitura de legendas de filmes se torne mais fácil e rápida, permitindo uma melhor compreensão dos filmes, possibilitando, assim, assistir a mais filmes. Pg. 4 -Tanto na escrita padrão, quanto no internetês existe a preocupação com a análise profunda dos sons que compõem a sílaba. Pg. 10 -Se o internauta receptor não domina a norma padrão da língua e não tem intuição linguística para decodificar a mensagem o diálogo não se estabelece. A necessidade do domínio da norma padrão para o uso da variedade linguística da Internet demonstra que o jovem é um leitor e usuário da língua perspicaz. Pg. 12-13 -As abreviaturas presentes e a própria sintaxe do texto torna a língua/linguagem complexa. A escrita no ambiente virtual parece estar resgatando o processo de escrita da humanidade, embora saibamos que há uma mesclagem com outros movimentos de escrita oriundos da criação de outras tecnologias, não tão recentes, como a taquigrafia e o telégrafo. Pg. 13 -A diversidade da língua utilizada na comunicação em ambientes virtuais não pode ser taxada como avanço ou retrocesso, ao contrário, existem regras complexas e dependentes do conhecimento da norma padrão que o internauta tem que conhecer e saber utilizar. Pg. 15 -Assim como uma tese exige linguagem formal e um bate-papo, descontração. A comunicação em ambiente virtual necessita de códigos e sinais mais rápidos e curtos, conforme o grau de interrelação entre os internautas. Gírias com os amigos e abreviaturas no computador são adequadas a determinadas situações comunicativas, num currículo ou carta comercial, a norma padrão é necessária e determinante. Pg. 22

Mapa Conceitual – n.º 27/2016 – ARAUJO, A.M. (Livro)

Referência bibliográfica: SIBILIA, Paula. *Redes ou paredes: a escola em tempos de dispersão*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. 222 p. ISBN 978-85-7866-069-7

Quem são os sujeitos da exclusão digital citados no texto: Para a autora são aqueles que não tem acesso a internet livremente e que não possui habilidade aos recursos necessários para a prática cultural da convergência.

Quais são os projetos propostos como alternativa ao combate a exclusão digital?

A autora apresenta a adaptação que a célebre Enciclopédia Britânica publicada em 1786, deixou de ser impressa em 2012 para se transformar em um site da internet. Diante da batalha perdida para iniciativas online como a Wikipédia. p. 197

A autora cita mas não se aprofunda: Projeto um computador por aluno. p. 181

(...) final da primeira década do século XXI e começo da segunda, após várias marchas e contramarchas, os órgãos públicos de diversos países começaram a distribuir centenas de milhares de computadores portáteis a alunos e professores, e instalaram terminais de acesso à Internet por banda larga nas escolas de sua jurisdição. p. 182

Na p. 193 a autora fala da experiência de uma escola sueca administrada pelo grupo educativo Vittra, que trata de um escola sem paredes, alunos com laptops a mão e currículo personalizado.

Como o texto define a Exclusão Digital? Qual a relação da Exclusão digital e a Educação?

(...) a brecha tornou-se incontestável nos últimos anos. (...) Esta constatação ocorre justamente quando se está soldando um encaixe quase perfeito entre, de um lado, esses mesmos corpos e subjetividades e, de outro, um novo tipo de maquinaria, bem diferente da parafernália escolar e talvez oposta a ela. Refirimo-nos é claro, aos aparelhos móveis de comunicação e informação, tais como os telefones celulares e os computadores portáteis com acesso à internet, que alargaram num abismo a fissura aberta há mais de meio século pela televisão e sua concomitante “a cultura audiovisual”. p. 14

(...) fissura se tornasse cada vez mais iniludível. Por um lado, então, temos a escola, com todo o classicismo que ela carrega nas costas; por outro, a presença cada vez mais incontestável desses “modos de ser” tipicamente contemporâneos. p. 15

(...) equipar os colégios e seus habitantes com tecnologia de ponta parece ser o primeiro passo para tentar vedar essa brecha. Apesar de dispendioso e temerário, esse primeiro passo é o mais fácil de dar. Pois a tão buscada adequação entre a escola e o mundo atual não deve limitar-se a “usar as tecnologias como recursos didáticos.” p. 181 e 182

Nas páginas 188 a 190 a autora traz um interessante diálogo e os questionamentos: Estará a escola em condições de assumir tamanho compromisso? O que acontecerá se o fluxo informativo também invadir o interior dos colégios? Qual será a função dos muros que ainda insistem em permanecer de pé?

Abordagem Teórica e Teóricos utilizados

Immanuel Kant (1803) – sob o título “Sobre a pedagogia”, ninguém menos que Immanuel Kant deixou claro que seria esse o objetivo prioritário da educação. “ A disciplina converte a animalidade em humanidade.” p. 18

Michel Foucault – Vigiar e Punir – explica que, ao tomar por modelo a prisão e o Exército, a escola concebida pelas sociedades industriais teve de ser uma instituição em que “cada corpo se constitui como peça de uma máquina.” p. 27

Comenius – século XVII – “atribuiu a missão de educar no âmbito privado”, enquanto a escola se ocuparia de idêntica função no âmbito coletivo, mais amplo e público, porém sempre encerrado entre quatro paredes. p. 32

Deleuze (1990) – detectou a implantação gradativa de um regime de vida inovador, apoiado nas tecnologias eletrônicas e digitais: uma organização social baseada no capitalismo mais dinâmico do fim do século XX e início do XXI, regido pelo excesso de produção e pelo consumo exacerbado, pelo marketing e pela publicidade, pelos fluxos financeiros em tempo real e pela interconexão em redes globais de comunicação. p. 45

Seymour Papert – “Imaginemos que, um século atrás, houvésemos congelado um cirurgião e um professor, e agora os devolvêssemos de nova à vida: o cirurgião entraria na sala de operações e não reconheceria nem o lugar nem os objetos, e se sentiria totalmente impossibilitado de agir; em contrapartida, o professor reconheceria o espaço como uma sala de aula e ainda encontraria um pedaço de giz e um quadro-negro com os quais poderia começar a lecionar.” p. 52

Beattie aconselha seus colegas docentes a “desistir da luta” contra esses aparelhos, de preferência incorporando-os às rotinas de ensino e procurando tirar deles o maior proveito possível. p. 176

Cristina Corea – “Na sociedade da informação, já não há lugares, mas fluxos; o sujeito já não é uma inscrição localizável, mas um ponto de conexão com a rede.” p. 177

Síntese do texto (Associação de ideias/Crítica/ Foco/Posicionamento)-> Citações Diretas:

-Tecnologia: podemos pensa-la como um dispositivo, uma ferramenta ou um intrincado artefato destinado a produzir algo. E não é muito difícil verificar que, aos poucos, essa aparelhagem vai se tornando incompatível com os corpos e as subjetividades das crianças de hoje. p. 13. - (...) em que consistem essas mudanças tão profundas que vêm afetando os corpos e as subjetividades nos últimos tempos, e que agora permitiriam vislumbrar a consumação de uma metamorfose. De fato, ainda que ela tenha prosperado no curto prazo de uma mesma geração, trata-se de uma transformação tão intensa que costuma despertar toda sorte de perplexidade, especialmente naqueles que não nasceram imersos no novo ambiente, mas atravessaram essa mutação e agora sentem seus efeitos na própria pele. p. 16 - pedagogia kantiana, além da disciplina e da instrução (...), pois “não basta o adestramento; o que importa, acima de tudo, é que a criança aprenda a pensar”. p. 19 -Por isso, para o cidadão moderno, não ter sido instruído a fim de dominar certas habilidades implicaria um problema,

sem dúvida; porém, muito pior que qualquer imperícia – mais grave até que certa ignorância ou necedade – seria o fato de não ter disciplina. p. 20 - uniformização cultural, capaz de desqualificar e asfixiar sob sua hegemonia racionalista todas as (muitas) manifestações consideradas inferiores. p. 21 - A perda da eficácia no funcionamento bem azeitado das engrenagens disciplinares é, justamente, um dos indícios da crise atual. p. 25 - Kant (...) a função primordial da escola não consistia prioritariamente em instruir os alunos em determinados saberes ou conhecimentos práticos, mas em “habituar-los a permanecer tranquilos e a observar pontualmente o que lhes é ordenado.” p. 28 - Foi então que a prova ou exame, tais como os conhecemos, fizeram sua aparição, unindo-se à vigilância hierárquica e à sanção normalizadora como os baluartes dessa forma peculiar de se exercer o poder sobre os corpos e as populações humanas. p. 42 - A escola foi um componente primordial desse empreendimento, embora tenha sido apenas mais um entre os diversos moldes aos quais recorreu a sociedade industrial para formatar seus cidadãos. p. 43 - Esses artefatos (*dispositivos eletrônicos*) de uso cotidiano não só provocam velozes adaptações corporais e subjetivas aos novos ritmos e experiências, permitindo responder com a maior agilidade possível à necessidade de reciclagem constante e de alto desempenho, como também eles mesmos acabam por se multiplicar e se popularizar em virtude de tais mudanças de estilo de vida. p. 51 - (...) se estendem as tramas atraentes da conexão, que opera de outro modo e com objetivos diferentes: enfeitando os consumidores contemporâneos com suas incontáveis delícias transmidiáticas. p. 175 - (...) a medula deste livro e pode ser resumida da seguinte forma: enquanto os alunos de hoje vivem fundidos com diversos dispositivos eletrônicos e digitais, a escola continua obstinadamente arraigada em seus métodos e linguagens analógicos; isso talvez explique por que os dois não se entendem e as coisas já não funcionam como se esperaria. p. 181 - (...) foram realizados trabalhos sérios de criação de materiais didáticos em formato digital, que contemplam o apoio à capacitação dos professores e a implementação de foros para compartilhar dúvidas ou experiências. p. 185 - (...) “usuário ativo”, por exemplo, não garantem a qualidade dos resultados nem sua transformação em diálogo, experiência ou pensamento: isso dependerá das operações que cada um realize, e, para consegui-lo, será preciso estar preparado. p. 186 - Por isso nessas práticas mais contemporâneas não haveria comunicação nem diálogo, mas contato ou interação, ou seja, aquilo que costumamos chamar de conexão. p. 187 - (...) programa de e-learning, necessita-se de dedicação e perseverança, além de uma capacidade de concentração que permita estudar em ambientes não escolares. p. 194 - (...) “a coesão é necessária para transformar a informação em algo utilizável ou significante.” Agora, não basta registrar e armazenar, pois costumam faltar o tempo e a capacidade para filtrar ou metabolizar as informações que fluem constantemente e se acumulam às toneladas. p. 196 - (...) as novas gerações falam uma língua bem diferente daquela que servia para comunicar os que se educaram tendo a escola como seu principal meio de socialização e a “cultura letrada” como seu horizonte universal, com o firme respaldo institucional do projeto moderno abrigado por cada Estado nacional. E desses jovens do século XXI depende, em boa medida, o desenvolvimento dos próximos atos deste drama. p. 207 - (...) contra o tédio e a dispersão, é preciso dar densidade à experiência, despertando entusiasmo e vontade de aprender. Afinal, como afirmou Vasen, “a atenção é resultado da curiosidade por um mundo interessante.” p. 210

Mapa Conceitual – n.º 28/2016 – ARAUJO, A.M. (Pesquisa amostra de dados)

Referência bibliográfica: NERI, Marcelo Côrtes (Org.). Mapa da inclusão digital. Rio de Janeiro: CPS - FGV/IBRE, 2012. 190 p.

Quem são os sujeitos da exclusão digital citados no texto: *Os pobres em destaque, os que têm baixo poder aquisitivo. Fala também sobre os que não tem interesse em utilizar a internet e as tecnologias ou os que não sabem utilizar, como por exemplo, os idosos. Porém, não cita a exclusão das pessoas com deficiências.*

Metodologia

Análise das bases de dados-> Sobre as pesquisas domiciliares: PNAD/IBGE; Censo Demográfico/IBGE (2010); Galleup World Poll; PME/IBGE; POF/IBGE; PPV/IBGE; PCV/SEADE. Sobre os Registros Administrativos e Pesquisas em Estabelecimentos: Ministério da Educação e da Criança -SAEB/Censo Escolar; Ministério do Trabalho e Emprego – RAIS e CAGED; Economia Informal e Urbana (ECINF); PINTEC/IBGE; ONU; Ministério das Telecomunicações e Anatel e Ministério da Ciência e Tecnologia; Fórum Econômico Mundial (WEF).

Como o texto define a Exclusão Digital (ED)? Qual a relação da Exclusão digital e a Educação?

Este trabalho tem como ênfase abordar como a geração mais nova se relaciona com a internet. Visa também mapear quem são os excluídos e incluídos digitais do nosso país. Saber qual a sensação ao acesso a internet e como a exclusão digital acontece até os dias de hoje. Em destaque, o estudo conclui que a falta de interesse ou a falta de necessidade são os fatores principais quando se trata do índice de exclusão. Um outro fator de ED é a falta de microcomputadores com acesso à internet, porém não é uma das principais razões. As questões variam de acordo com as capitais, com a realidade econômica e social de cada uma delas.

foi mapear

as diversas formas de acesso à tecnologia digital, quais as classes sociais que possuem acesso a essas tecnologias e problematiza as causas de exclusão. O estudo expõe que apesar da inclusão digital ser uma das metas do milênio fixadas pela ONU, ela não obteve a devida atenção em detrimento de outras metas, como a fome e o desenvolvimento sustentável. O estudo debruçou-se nos microdados do Censo Demográfico de 2010 e no Galleup World Poll que possui um questionário que foi utilizado em 158 países. Essa pesquisa abrangeu 27 capitais e 27

Abordagem Teórica e Teóricos utilizados

Não traz abordagem teórica.

Quais são os projetos propostos como alternativa ao combate a exclusão digital?

Essa pesquisa abrangeu 27 capitais e 27 unidades federais brasileiras. A Fundação Telefônica VIVO teve participação nesse estudo com o intuito de coordenar um investimento social que atua com finalidade de contribuir para o desenvolvimento social do país. Esta fundação investe constantemente em projetos educacionais e de aprendizagem. Atua em 13 países com projetos de melhorias e inovações sociais.

Síntese do texto (Associação de ideias/Crítica/Foco/Posicionamento)-> O estudo foi elaborado pela FGV/RJ em parceria com a Fundação Telefônica VIVO, com o intuito de mapear quem são os excluídos e incluídos digitais no nosso país. Este foi o primeiro trabalho sobre conectividade no Brasil, o foco

unidades federais brasileiras. A Fundação Telefônica VIVO teve participação nesse estudo com o intuito de coordenar um investimento social que atua com finalidade de contribuir para o desenvolvimento social do país. Esta fundação investe constantemente em projetos educacionais e de aprendizagem. Atua em 13 países com projetos de melhorias e inovações sociais. Este trabalho tem como ênfase abordar como a geração mais nova se relaciona com a internet. Visa também mapear quem são os excluídos e incluídos digitais do nosso país. Saber qual a sensação ao acesso a internet e como a exclusão digital acontece até os dias de hoje. No começo dos anos 2000, o Brasil estava exatamente na média mundial de acesso à internet, precisamente é o 63º lugar entre 154 países mapeados pelo FGV. Porém, o estudo nos mostra que apesar da colocação, devido a desigualdade social que vivemos, há estados no nosso país com 74% de acesso a internet, como por exemplo, São Caetano/SP, enquanto alguns tem acesso nulo como o estado Aroeiras/PI. As razões destes estados não gozarem de conectividade diferem de lugar para lugar e revelam o quão importante são as políticas ajustadas para realidade de cada região. Os locais que possuem maior acesso a rede de dados no Brasil são Florianópolis/SC e Vitória/ES, eles lideram o acesso em domicílio próprio por banda larga. Enquanto, Boa Vista/RR e Palmas/TO são o que possuem menor acesso, geralmente o acesso em domicílio próprio é via internet discada. A desigualdade social no Brasil se estampa nos resultados dos dados sobre acesso em outras dimensões, tais como: 1) No ambiente de trabalho: Maior acesso Porto Alegre/RS, enquanto que o estado com menor acesso é São Luiz/MA. 2) Centros de acesso pagos: Os que mais recorrem são Macapá/AP com 76,62%; Vitória/ES com 11,51%. 3) Centros públicos de acesso gratuito: Florianópolis/SC com 10,51% e São Luiz/MA com 0,89%. O autor do estudo sugere que a tentativa de inclusão tecnológica da sociedade seja feita através de construção de redes coletivas, através de ações como as doações de computadores usados por intermédio de escolas e centros comunitários. Um dos fatores estudados aqui foi a relação da felicidade e a inclusão digital, essa felicidade está relacionada ao acesso a internet. A felicidade do brasileiro, dada a sua inclusão digital, está acima da média mundial que é 6,7% de acordo com o Índice de Felicidade Futura – IFF. A felicidade futura é uma meta de expectativa de satisfação com a vida. O Brasil é tetracampeão mundial de felicidade futura, em uma escala de 0 a 10, o Brasil tem uma média de expectativa de satisfação com a vida de 8,6%, superando todos os demais 158 países pesquisados. A confiança no futuro por parte dos brasileiros é superior comparado ao desempenho dos outros países do BRICS, porém vale ressaltar que a felicidade futura cai com a idade. O Brasil luta contra a exclusão digital, porém sabemos que os desafios que encontrará pela frente será a desigualdade, a inflação, a violência, entre outros fatores para que a inclusão seja plenamente estabelecida. Antes do autor tratar do resultado do país, percebe-se no estudo o retrato digital global, que são apresentados em diversas dimensões: 1) Gênero: Homens são mais conectados do que as mulheres. Eles apresentam mais chances de conectividade domiciliar em relação às mulheres. As mulheres acessam menos os computadores e menos ainda à internet. O autor destaca que isso pode estar ligado a liberdade de expressão em escala global. 2) Idade: O acesso a internet cai conforme o aumento da idade, só que de forma decrescente. Vejamos a estatística: A conectividade caseira dos 40 anos para os 20 anos cresce em 22,8% e decai dos 40 anos para os 60 anos em 47,6%. Em relação ao acesso ao computador sobe 20,56% dos 40 anos para os 20 anos e cai dos 40 anos para os 60 anos. Conclui-se que as pessoas com mais idade acessam menos o computador e a internet. É mais fácil se adequar a rede quando é nascido na era digital, essa conclusão nos remete aos conceitos de nativos e imigrantes digitais. Outro aspecto verificado é que a presença de idosos no domicílio faz com que o acesso a internet caia em 40,6% em relação a ausência das crianças que cai em 10,6%. 3) Densidade Demográfica: A conectividade caseira é muito sensível a densidade demográfica, tendo uma queda de 76,5% se tratando da comparação entre grandes cidades e áreas rurais, tendo em vista a dificuldade de disponibilidade de sinal de internet em áreas rurais, áreas que são afastadas do centro econômico, financeiro e administrativo das cidades. A questão da infraestrutura urbana da cidade facilita o acesso. 4) Grau de instrução: O estudo aponta que uma pessoa que está cursando o nível superior ou com superior incompleto tem 100% mais chances de acessar a rede do que um analfabeto.

As pesquisas domiciliares mostram também que entre moradores da mesma casa pode ocorrer uma diferença no resultado do consumo de internet. São outros fatores que influenciam esse resultado, podendo ser questões de gênero e idade. Há uma década atrás, ainda no pano de fundo do retrato global, a taxa de acesso a computadores e internet era de 10,2%. Porém, nos últimos anos essa taxa tem crescido de forma significativa, chegando a 39,12% aos lares brasileiros. A nível global, a partir desse crescimento, o Brasil atinge 37% da média mundial de acesso. Apesar desses dados serem bastante significativos, os líderes desse ranking mundial de inclusão social são os países como Suécia (97%), Islândia (94%), Dinamarca (92%) e Holanda (91%).

No retrato geral o Brasil ocupa a posição 45^o, no total de 104 países. Segundo o estudo, isso significa que estamos na média da estatística mundial quando tratamos do acesso controlado por características sócio-demográficas e populacionais. Agora, se tratando de um retrato digital nacional pode se observar que o Brasil tem uma grande desigualdade em relação ao acesso a tecnologia digital. Nas melhores posições, dentro do país, estão os estados da Região Sul, Sudeste e Centro-oeste. Enquanto que, nas piores posições estão os estados da Região Norte e Nordeste que são as regiões onde ainda se vive de forma precária. Outro exemplo é que no estado de São Paulo, o município de São Caetano é o local onde há maior participação da classe AB do país e, conseqüentemente, é o município com maior acesso a internet e com posse de computador nos domicílios. Enquanto que, no Piauí, o município de São Lourenço tem a menor concentração de taxa de acesso ao computador. Analisando os dados obtidos no estado do Rio de Janeiro, obteve-se como resultado que a cidade de Niterói possui a maior taxa de acesso ao computador com internet em casa, com 62,72%. Seguido da cidade de Volta Redonda com 61,16 de taxa de acesso ao computador e com 50,05% de domicílios com internet. Nos extremos opostos da cidade, destaca-se São Francisco de Itabapoana, cidade com o menor índice de acesso ao computador (19,53%) e o município de Silva Jardim que possui o menor índice de conectividade (9,05%). Já dentre os bairros cariocas, a Lagoa apresenta o maior acesso a computador e a internet (85,08% e 82,87%) acompanhados por Botafogo e Tijuca. Enquanto o Complexo do Alemão no quesito computador em casa tem a taxa de 42,89% e Guaratiba 33,9% no quesito acesso a internet. O estudo conclui que podemos atribuir a inclusão a renda. Países com maiores rendas possuem maior número de inclusão digital. Por exemplo, no Brasil o salário mínimo está na faixa de R\$ 800,00 e é o país onde as pessoas mais pagam impostos e possuem carências na educação e na saúde. Enquanto a Holanda ocupa o ranking com maior inclusão digital que o Brasil e possui um salário mínimo equivalente a US\$ 2023,00, além de possuir um sistema público de educação e saúde de qualidade. Outro fator que o estudo atribui a inclusão é meio, ou seja, aos lugares onde possuem lan houses, wi-fi gratuitos. Esses espaços físicos e virtuais possibilitam maior inclusão digital para os moradores e visitantes. De acordo com outros dados apresentados no trabalho, percebe-se que a questão da desigualdade econômica e social favorece a inclusão digital, sendo assim, as classes mais elevadas tem maior acesso a tecnologia. Os resultados são: Apenas 33,51% dos alunos no país que frequentam a escola tem computadores ligados a internet em suas casas. Quando focamos por município, essa taxa é bem maior do que o estado do Maranhão que se resume em 9,59% e bem menor do que o do Distrito Federal que é 60,75%. Outro grupo analisado foi os que trabalham em casa, a taxa de acesso ao computador com internet é de 33,85%, mesmo que o computador com acesso a internet seja uma importante ferramenta no decorrer do desenvolvimento do negócio. Em contraste, o grupo dos empregadores tem a taxa de acesso ao computador com internet elevada de 74,39%. Apesar de todo esse panorama, o estudo conclui que a falta de interesse ou a falta de necessidade são os fatores principais quando se trata do índice de exclusão. Um outro fator de ED é a falta de microcomputadores com acesso a internet, porém não é uma das principais razões. As questões variam de acordo com as capitais, com a realidade econômica e social de cada uma delas. É interessante saber, que o desinteresse pelo uso da internet é mais justificado pelas pessoas das capitais mais desenvolvidas e com maior poder aquisitivo. Uma das questões pesquisadas era: “Você utilizou a internet nos últimos 03 meses? Resultado: 35,20% disseram SIM e 64,80% disseram NÃO. Esse resultado mostra o grande desafio do Brasil, pois os brasileiros estão alheios a elementos básicos da era da informação. É necessário investir em

conhecimento sobre como utilizar a internet em diversas dimensões, seria o educar para a internet. O estudo revela que o Brasil tem avançado no objetivo de expandir o acesso à internet e uso de novas tecnologias, entretanto, essa expansão se restringiu a uma parcela da população, não havendo avanços de forma igualitária no país.

Mapa Conceitual – n.º 29/2016 – ARAUJO, A.M. (Artigo de Revista)

Referência bibliográfica: RIBEIRO, Carolina Teixeira. MERLI, Daniel. SILVA, Sivaldo Pereira da. Exclusão Digital no Brasil e em países emergentes: uma panorama da primeira década do século XXI. Revista Experiência Brasileira em Perspectiva Comparada, 2012. P. 197-222

Quem são os sujeitos da exclusão digital citados no texto: Os cidadãos que não possuem acesso ou pleno acesso e que enfrentam dificuldades em obter este serviço.

Como o texto define a Exclusão Digital? Qual a relação da Exclusão digital e a Educação?

A autora apresenta oito aspectos que vinculam à exclusão digital. (está nas citações diretas, p. 201 a 203)

Para a autora o acesso equitativo e qualitativo à Internet se tornou hoje um horizonte a ser alcançado por repercutir diretamente na circulação da informação, do conhecimento e da cultura. P. 197. A exclusão digital como uma nova dimensão da exclusão social. P. 198. Além das iniciativas federais e do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL)¹⁵, visando ampliar a infraestrutura e baratear o custo de conexão ao usuário final, o combate à exclusão digital vem sendo desenvolvido em diversas frentes, sendo na maioria dos casos em torno da implantação de telecentros. P. 216.

Em 2012, ainda na esteira das ações do Ministério das Comunicações, foi lançado o projeto Cidades Digitais, que pretende atuar simultaneamente nas áreas de inclusão digital e governo eletrônico. Dentre as metas do projeto estão: o estabelecimento de conexão entre os órgãos públicos; a capacitação de servidores públicos no uso específico dos softwares e das TICs; o acesso da população aos serviços de governo eletrônico; e a criação de pontos públicos de acesso à Internet em praças, rodoviárias e outros espaços. Para o projeto piloto foram selecionadas 80 cidades das cinco regiões do país¹⁸. P. 217

Projeto Casa Brasil trabalha com inclusão digital em centros de acesso e capacitação, com ênfase em cidadania, cultura e lazer nas comunidades de baixa renda. P. 217

Projeto Pontos de Cultura, do Ministério da Cultura, que têm desenvolvido atividades mediante a implantação de equipamentos e formação de agentes locais para produção e intercâmbio de vídeo, áudio, fotografia e multimídia com uso de software livre e conexão à Internet. Programa Banda Larga nas Escolas que envolve órgãos como a Presidência da República, a Agência Nacional de Telecomunicações e os Ministérios da Educação, das Comunicações, do Planejamento e da Ciência, Tecnologia e Inovação, além de empresas de telecomunicações. O objetivo é levar conexão em banda larga a todas as escolas públicas urbanas de educação básica nos 5.565 municípios brasileiros. O programa ainda está em processo de implantação e terá duração até 2025. P. 218

Quais são os projetos propostos como alternativa e superação a exclusão digital?

A autora sugere que os projetos autodenominados “de inclusão digital” trabalham em algum nível com a linha educativa, partindo do princípio que o uso de plataformas digitais é parte essencial do aprendizado no século XXI, como aponta a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL). P. 199

Deste modo, programas de inclusão digital não se resolvem apenas com medidas funcionais como a disponibilização de um computador, uma conexão e treinamento primário em um software, ainda que a ausência destes passos elementares impossibilite de antemão o início da jornada. Como vimos, mesmo dadas as condições materiais e tecnológicas pressupostas, a exclusão poderá permanecer em outros níveis. P. 204

Programa GESAC, a partir de 2002. Foi baseado na criação de centros de acesso de acesso nas comunidades em estado de vulnerabilidade social, privilegiando as cidades do interior, sem telefonia fixa e de difícil acesso. O programa passou a disponibilizar os equipamentos necessários para formar uma rede de conexão à Internet via satélite (quando não havia infraestrutura fixa na região) ou terrestre, através de parcerias nas comunidades com escolas, ONGs, sindicatos, prefeituras etc. (p. 216-217)

Abordagem Teórica e Teóricos utilizados

Claro, 2011 - Nesse cenário, surge uma nova dimensão da exclusão social, que é a incapacidade de participar da sociedade da informação, onde é necessário não só ter acesso às novas tecnologias como desenvolver habilidades necessárias para usá-las de forma efetiva (p. 199).

ELAC, 2010 - A banda larga é um serviço fundamental para o desenvolvimento econômico e social dos países da região. É indispensável para o progresso, a inclusão, a igualdade e a democracia. [...] A educação, a capacitação e outras formas de desenvolvimento de capacidades são recursos fundamentais para a obtenção da igualdade, equidade e desenvolvimento produtivo e econômico. Nesse contexto, os países da região se comprometem em aproveitar o potencial das tecnologias digitais nos processos de ensino e aprendizagem, de forma que os sistemas educativos se renovem de acordo com o novo ambiente digital (p.199)

Síntese do texto (Associação de ideias/Crítica/ Foco/Posicionamento)-> Citações Diretas:

-Apesar do aumento progressivo do número de indivíduos com acesso à Internet em diversos continentes, a exclusão digital ainda é um problema concreto e real neste início de século. As desigualdades entre os contingentes de cidadãos com pleno acesso e aqueles que enfrentam dificuldades em obter este serviço ocorrem em todos os países, em menor ou maior grau. Porém, essa assimetria é bem mais acentuada em nações subdesenvolvidas ou emergentes, como o Brasil. (p. 197) - Não por acaso, a universalização da banda larga tem sido objeto de leis, de programas governamentais e uma preocupação amplamente reconhecida por organismos multilaterais. (p. 197) - É preciso dar instrumentos para garantir o desenvolvimento da capacidade comunicativa, da construção de argumentos lógicos, pensamento crítico e resolução de problemas associados às possibilidades permitidas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) (Hinostraza e Labbé, 2011). P. 199 - A inclusão digital tem sido reconhecida como um novo indicador que se agrega à noção de desenvolvimento social. Mas não se trata apenas de uma estatística sobre quem possui ou não acesso à Internet: incluir digitalmente significa estimular e viabilizar condições materiais e não-materiais para que cada grupo social possa produzir sua própria visão da realidade, interpretando criando, acessando e difundindo informações capazes de qualificar sua intervenção no mundo e instrumentalizar, no plano maior, a defesa de seus direitos (Ferraz e Lemos, 2011). P. 201 - (...)oito aspectos básicos que se vinculam à exclusão digital: Tecnológico (...); Infraestrutural (...); Financeiro (...); Cognitivo (...); Instrumental (...); Linguístico (...); Produtivo (...); Institucional (...).Os oito aspectos mencionados são elementos inevitavelmente entrelaçados e que nos servem, sobretudo, para atentar acerca das diferentes faces que a exclusão digital sustenta e que devem ser observados pelas políticas públicas neste campo. P. 201 – 204. - Trata-se do acesso individual geral, seja do trabalho, LAN houses, telecentros, escolas, celulares etc. Os números nos permitem afirmar que o uso da Internet no Brasil tem se popularizado enquanto experiência individual e não se distancia dos maiores países da América Latina, estando um pouco à frente de Argentina e México. (p. 205). - Ao isolar aqueles que têm computador em casa, mas não possuem conexão à Internet, o custo também aparece como um dos principais motivos, mas a falta de infraestrutura, isto é, a impossibilidade de contratar o serviço na região em que reside aparece como a segunda razão mais citada no caso brasileiro. (p. 209).

- Se observarmos o padrão atingido pelos países desenvolvidos nesta primeira década, notaremos que o uso residencial é o modo mais frequente de acesso à Internet. Isso vem se configurando como reflexo da combinação de vários fatores, como a existência de infraestrutura para o acesso domiciliar, preços do serviço compatíveis à renda, existência de níveis educacionais mais elevado capazes de aumentar o interesse e a necessidade pelo consumo de informação e interação on-line. (p 209). - A Secretaria de Inclusão Digital (SID) foi criada em 2011 no âmbito do Ministério das Comunicações (Decreto nº 7.462, de 19 de abril de 2011), com o objetivo principal de articular, formular e executar de forma unificada as políticas públicas relativas à inclusão digital no âmbito do Governo Federal, incluindo a criação e o gerenciamento dos telecentros. (p. 217) - No Brasil, o alto custo do serviço, a falta de disponibilidade em determinadas áreas e a falta de habilidade/interesse por parte do usuário são as principais barreiras identificadas para a banda larga, demonstrando que o problema é infraestrutural, financeiro e cultural/cognitivo. P. 219 - Logo, o crescimento da banda larga na Argentina e no Brasil pode não estar necessariamente vinculado a projetos estratégicos encampados pelo governo, mas possivelmente a políticas regulatórias, desenvolvimento econômico e performances de mercado. Como resultado, percebe-se que o mercado por si só não tem sido capaz de aumentar os índices de penetração da banda larga domiciliar de modo satisfatório, tomando este indicador base como exemplo. (p. 219) - O resultado continua sendo uma baixa penetração da Internet nos domicílios destes países, que não ultrapassou a faixa dos 30%. Em comparação aos dados de países europeus, onde mais de 80% dos cidadãos acessam a Internet de casa, percebe-se o enorme desafio a ser enfrentado pelo Brasil e países emergentes. (p. 219)

Mapa Conceitual – n.º30/2016 – ARAUJO, A.M. (Artigo de Revista) – Brasil, Gabrielle

Referência bibliográfica: OLIVEIRA, José Pallazzo Moreira de. Sistema de Informação e sociedade. Ciência e Cultura, Campinas, n. 2, p.39-41, 2003. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v55n2/15528.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

Quem são os sujeitos da exclusão digital citados no texto: Pessoas que têm limitações de acesso e utilização dos Sistemas de Informação computacionais

Metodologia

Texto não apresenta metodologia. O autor é professor no Instituto de Informática da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Abordagem Teórica e Teóricos utilizados

Clinton conceito de “Information Superhighways”. Darcy Ribeiro define processo civilizatório.

Quais são os projetos propostos como alternativa e superação a exclusão digital?

Não propõe projetos.

Como o texto define a Exclusão Digital? Qual a relação da Exclusão digital e a Educação?

A Exclusão Digital é a limitação das pessoas em acessar e utilizar os Sistemas de Informação computacionais. O autor afirma que as exclusões limitam as possibilidades oferecidas pela Tecnologia de Informação.

Síntese do texto (Associação de ideias/Crítica/ Foco/Posicionamento)-> Citações Diretas:

- Clinton, acelerou ainda mais este processo: esta iniciativa foi o conceito de Information Superhighways: “A aceleração da introdução de um eficiente sistema de comunicação de alta velocidade pode ter o mesmo efeito no desenvolvimento da economia e no desenvolvimento social dos U.S. que teve o investimento público nas ferrovias no século XIX. Este sistema pode fornecer uma ferramenta crítica ao redor da qual muitas oportunidades novas de negócios podem se desenvolver”. P.1 -Ao lado das indiscutíveis vantagens, aparecem alguns problemas que devem ser ponderados como o isolamento, a falta do aprendizado social por convivência em um grupo ou a perda de tempo em atividades acessórias como a leitura de imensos correios eletrônicos. P.1 -A primazia dos interesses econômicos sobre os sociais, a identificação do Estado com os interesses econômicos de grandes grupos levam a uma profunda distorção dos valores humanos. A dicotomia existente, nos períodos anteriores da evolução, entre as empresas e o Estado tende a diminuir. P.2 -Por outro lado uma ligação telefônica de três minutos entre Nova York e Londres, que custava mais de US\$300,00 em 1930, a preços do ano de 2000, caiu para apenas US\$ 0,40 e o custo da computação tem sido reduzido em 35% ao ano (The economist). P.2 -Sua característica pervasiva aumenta a eficiência de todas as atividades humanas. P.3 -O desenvolvimento das TI constitui-se em um elemento de transformação radical no relacionamento do homem com o seu meio cultural. A difusão dessas tecnologias, nos mais diferentes contextos socioculturais e suas aplicações na produção, permitem caracterizar o desencadeamento de uma

revolução tecnológica. P.3 -A Internet permite o desenvolvimento de Sistemas de Informação com acesso mundial aos dados. Estes sistemas são totalmente globais, pois não impõe qualquer limitação de lugar ou de tempo para o acesso às informações. P.3-Uma das possibilidades das TI é o desenvolvimento do Terceiro Setor que, graças a uma maior flexibilidade e rapidez de ação, podem agir congregando seus aderentes, via a rede, de forma mais eficaz e com menos influência da tecnoestrutura. P.3

Mapa Conceitual – n.º31/2016 – ARAUJO, A.M. (Artigo de Revista) – Brasil, Gabrielle

<p>Referência bibliográfica: NERI, Marcelo Cortês. O mapa da exclusão digital. Conjuntura Econômica, São Paulo, p.70-73, maio 2003. Resumo do texto: O Texto não possui resumo.</p>
<p>Quem são os sujeitos da exclusão digital citados no texto: Os jovens pobres e desempregados.</p>

Metodologia

O Texto não apresenta metodologia. Publicado na Revista da Conjuntura Econômica. O autor é chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e da

Abordagem Teórica e Teóricos utilizados

Marcos Lisboa e Mônica Viegas comentam sobre o desemprego na juventude. Marco Aurélio Rudiger trabalha em uma pesquisa sobre o uso das informações domiciliares e escolares.

Como o texto define a Exclusão Digital? Qual a relação da Exclusão digital e a Educação?
 O texto não define a Exclusão Digital. O autor acredita que a Exclusão Digital interfere na capacidade de aprendizagem, a conectividade e a disseminação de informações.

Quais são os projetos propostos como alternativa e superação a exclusão digital?
 Campanhas de doação de computadores em massa.

Síntese do texto (Associação de ideias/Crítica/ Foco/Posicionamento)-> Citações Diretas:

-Da experiência irlandesa (e mexicana) contemporânea a que eu gostaria de enfatizar é a busca da modernidade na política social. A Irlanda dispõe hoje de um sistema explícito de metas de redução de pobreza e políticas deliberadas de inclusão digital. Os miseráveis querem mais do que políticas miseráveis. P.2 -Os pobres apreciam o que é bom e moderno, muito além da imaginação da elite, isto é, nós os leitores de jornal. Um dos melhores exemplos da demanda dos pobres por qualidade foram as iniciativas empresariais de Magic Johnson, o ídolo do basquete que abriu com estrondoso sucesso luxuosas salas de cinema multiplex em subúrbios negros de Los Angeles. A experiência de abertura da franquia de McDonalds na favela da Rocinha no Rio de Janeiro é um exemplo

local deste mesmo tipo de fenômeno. P.2 -Os números do desemprego e da violência brasileira têm a cara dos jovens das periferias. A taxa de desemprego entre 15 e 29 anos é 22,6%, quatro vezes e meia maior do que as do grupo de 35 a 39 anos de idade. Cabe lembrar que a taxa de desemprego dos jovens quadruplicou entre 1989 e 2001. P.2 -Não é mera coincidência que o Complexo do Alemão e as favelas da Maré e do Jacarezinho, que ganham destaque nas páginas policiais dos tablóides nacionais, formam o podium da exclusão digital carioca. Nessas comunidades mais de 96% dos domicílios são sem computador contra 41% do bairro da Lagoa que lidera o ranking da inclusão digital doméstica no Rio. Mesmo quando restringimos a análise aos incluídos digitais, aqueles que moram na Lagoa apresentam 6,5 anos a mais de estudo completo e de idade do que dos habitantes das três favelas mencionadas. P.3 -O analfabetismo digital, ao afetar a capacidade de aprendizado, a conectividade e a disseminação de informações, gera consequências virtualmente em todos os campos da vida do indivíduo. P.3 -Rodrigo Baggio teve há sete anos um sonho habitado por jovens negros utilizando computadores em favelas. Não era um sonho num sentido figurativo, como aqueles celebrizados por Martin Luther King (I have a dream) e John Lennon (The dream is over), mas um sonho de verdade. Na manhã seguinte e a cada dia desde então, Rodrigo tratou de tornar este sonho a realidade de cada vez mais jovens. De lá para cá, a ONG chamada Comitê para Democratização da Informática (CDI) formou mais de 350 mil alunos em 19 estados brasileiros e 11 países. P.3 -De acordo com a Pesquisa de Padrões de Vida (PPV/IBGE), de 1996, apenas 4,6% dos computadores foram adquiridos por doação. O mercado não sonha o bem comum, a sociedade necessita de utopias. P.3

Mapa Conceitual – n.º 32/2016 – ARAUJO, A.M. (Artigo de Revista)

Referência bibliográfica: GROSSI, Márcia Gorett Ribeiro. COSTA, José Wilson da. SANTOS, Ademir José dos. A exclusão digital: o reflexo da desigualdade social no Brasil. Revista Nuances: estudos sobre educação. Presidente Prudente/SP, 2013, maio/ago, v. 24, n. 2, p. 68-85.

Quem são os sujeitos da exclusão digital citados no texto: Os que sofrem as consequências das desigualdades sociais.

Como o texto define a Exclusão Digital? Qual a relação da Exclusão digital e a Educação?

A exclusão digital está associada à desigualdade social do Brasil. Para os autores antes de incluir digitalmente é necessário incluir socialmente, melhorar as condições de vida e da região e ensiná-las a utilizá-las. Por isso políticas educacionais são primordiais para elevar o nível educacional dos brasileiros.

Quais são os projetos propostos como alternativa e superação a exclusão digital?

Os autores fazem um levantamento documental muito rico e apresentam 22 ações governamentais já existentes e o cadastro de 94 programas no Observatório Nacional de Inclusão Digital e 108 no Ministério da Ciência e Tecnologia.

Metodologia

Pesquisa descritiva, bibliográfica e de caráter exploratório

Abordagem Teórica e Teóricos utilizados

Castells (2003) sociedade em rede; Santos (2006) desigualdade digital no Brasil; Spagnolo (2003) exclusão digital é o termo utilizado para sintetizar todo um contexto que impede a maior parte das pessoas de participar dos benefícios das novas tecnologias de informação. Bencini e Minani (2006) e Bobbio (2000) que enfatizam a importância das políticas educacionais.

Síntese do texto (Associação de ideias/Crítica/ Foco/Posicionamento)-> Citações Diretas: -A inclusão digital torna-se fator predominante para o estabelecimento de uma nova cidadania que possibilite não apenas o aumento da empregabilidade, mas das condições para o desenvolvimento das comunidades e resolução de seus problemas, participação e autonomia crítica para mudanças nas práticas políticas, promovendo a inclusão social, como explica Assumpção e Mori (2006 apud GROSSI, 2013). P.71 -Desta maneira, é fundamental os governos apresentarem soluções sob a forma de políticas públicas para diminuir esses níveis tão perversos de desigualdade que representam uma barreira ao crescimento econômico de um país. Uma vez que as políticas públicas sejam responsáveis pela estabilidade econômica, minimizando a pobreza e evitando a exclusão social, estando esta na sua essência, ligadas fortemente ao Estado, pois é este quem determina como os recursos são usados para o benefício de seus cidadãos - SOUZA (2006, apud GROSSI, 2013). P.75 -A inclusão digital é um processo que envolve muito mais do que a simples oferta de equipamentos e softwares. Incluir digitalmente é permitir ao cidadão o desenvolvimento de “habilidades que vão de tarefas básicas, como escrever e-mails e reconhecer um spam, a atividades complexas, como pesquisar de maneira eficaz, acessar serviços e produzir um vídeo e transmitir via web” (ASSUMPCÃO e MORI, 2006, p. 2). 2006, apud GROSSI, 2013). P.76 - Warschauer (2005, p. 4) completa que: a instalação de computadores nas escolas, por exemplo, é uma das alternativas que se mostraram mundialmente eficientes nos países em desenvolvimento desde que sejam levados a sério, com instrutores, equipamentos funcionando e diretrizes claras. São essas as grandes dificuldades. Em geral, o pessoal envia os computadores, discursa, sai no jornal e pronto. Cada um que se vire. Com diretrizes sérias, o aluno não apenas aprende o que tem que aprender na sala de aula, mas também sai da escola com um ofício. A longo prazo, é notória a inclusão social que ações assim podem gerar. apud GROSSI, 2013). P.77 -As consequências da exclusão social acentuam a desigualdade tecnológica e o acesso ao conhecimento, aumentando o abismo entre ricos e pobres. P. 81

Mapa Conceitual – n.º 33/2016 – ARAUJO, A.M. (Artigo de Revista)

Referência bibliográfica: LIMA, Luis Ricardo de. EZEQUIEL, Jean Pierre. LAMPERT, Edna da Luz. Inclusão digital e a exclusão social por meio da desigualdade econômica. Revista Maiêutica: São Paulo, 2013. P. 225-230.

Quem são os sujeitos da exclusão digital citados no texto: a população de classe baixa.

Quais são os projetos propostos como alternativa de superação a exclusão digital?

Projetos governamentais citados abaixo na síntese

Metodologia

Pesquisa documental.

Abordagem Teórica e Teóricos utilizados

Takahashi, 2000 – trata da questão do acesso e da exclusão do acesso.

Como o texto define a Exclusão Digital? Qual a relação da Exclusão digital e a Educação?

A autora sugere que uma das formas para crescimento do país está na qualidade do ensino e nos investimentos para capacitações para aproveitamento dos recursos tecnológicos e, assim, consolidem a nova economia.

Síntese do texto (Associação de ideias/Crítica/ Foco/Posicionamento)-> Citações Diretas: Assim, se a tecnologia dobra a cada dois anos, o “analfabetismo digital” deveria cair pela metade em igual período, para ser proporcional, e os já alfabetizados necessitariam manter-se sempre atualizados, ou dificilmente se conseguiria inovar. P.227 A boa notícia é que os equipamentos estão cada vez mais baratos, e o acesso à internet via banda larga se espalha rapidamente pelo país, condições essenciais para dar o salto de qualidade que as escolas tanto necessitam, como diz Léa Cruz Fagundes, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS): “A informática está no dia a dia da sociedade, mas a escola parou na versão 1.0 dos computadores”. P. 227, 228 Os autores iniciam considerando que os esforços e debates para inclusão digital no Brasil aconteceram a partir de 2005. Após publicações de pesquisas sobre as questões da exclusão digital. E tem como possível precursor os estudos de Proenza (2003). Desde o ano de 2005 o governo propõe projetos e medidas para superação da desigualdade digital. O primeiro dele foi o Computador para todos (2005) que tinha o propósito de subsidiar a indústria e o varejo a oferta de compra de computadores e acesso a internet. A autora apresenta outros programas do governo federal e governos estaduais que tinham o objetivo de facilitar o acesso a internet, são eles: Programa Estação Digital (2006?) - Estações Digitais implantadas nas comunidades que não têm acesso a essas tecnologias; Observatório Nacional de Inclusão Digital (2005?) – disponibiliza informações sobre inclusão digital e locais dos telecentros para acesso da população; Programa Nacional de Informática na Educação – ProInfo (1997) – implantar o uso das tecnologias nas escolas de rede pública; Programa Nacional de Banda Larga –PNBL (2010) – expandir a infraestrutura e proporcionar acesso a banda larga de forma abrangente; Cidade Digital e Internet Para Todos (2012) - possibilitar o acesso gratuito à rede mundial de computadores; Lei nº 8.248 - Lei do Bem (1991) - tablets com imposto reduzido. A autora traz Takahashi, 2000, o autor fala que o maior acesso a informação trará benefícios a sociedade, porém poderá acentuar a exclusão proporcionando os não incluídos a ficarem à margem da sociedade. E tem a educação como fundamental para a construção dessa nova sociedade da informação. A autora sinaliza que se a tecnologia dobra a cada ano a alfabetização digital deveria cair pela metade no mesmo período, e isso não tem acontecido. A autora apresenta uma pesquisa do Ibope com a FVC, a pesquisa informa que a maioria dos professores não se consideram preparados para usar o computador em sala de aula e alegam que isso é resultado de uma formação que não os levou a isso. Em seguida é apresentado uma tabela de resultados do PNAD (2005) aonde a autora conclui que as famílias que recebem mais têm mais acesso à rede. Em compensação dados do PNAD (2011) apontam um aumento significativo de acessos em todo o país, especialmente nas classes mais baixas. A autora diz que o país adotou a modernização do acesso a internet como principal forma de progresso. Por fim, a autora sugere que uma das formas para crescimento do país está na qualidade do ensino e nos investimentos para capacitações para aproveitamento dos recursos tecnológicos e, assim, consolidem a nova economia.

Mapa Conceitual – n.º34/2016 – ARAUJO, A.M. (Artigo de revista) – Brasil, Gabrielle

Referência bibliográfica: MATTOS, Fernando Augusto Mansor. Exclusão Digital e exclusão social: elementos para uma discussão. Transinformação, Campinas, p.91-115, set. 2003. Setembro / Dezembro. Edição especial.

Quem são os sujeitos da exclusão digital citados no texto: Na maior parte dos casos, moradores das áreas rurais, negros, pardos, indígenas.

Como o texto define a Exclusão Digital? Qual a relação da Exclusão digital e a Educação?

A exclusão digital não é ficar sem computador ou telefone celular. É continuarmos incapazes de pensar, de criar e de organizar novas formas, mais justas e dinâmicas, de produção e distribuição da riqueza simbólica e material. (Schwartz, 2000). O texto não tem faz relação da Exclusão digital com a Educação.

Quais são os projetos propostos como alternativa e superação a exclusão digital?

Não propõe projetos.

Abordagem Teórica e Teóricos utilizados

Schwartz (2000) definição de Exclusão Digital. P.1 OHMAE (1996) Expansão da internet. P.3 CASTELLS (1999) desempenho econômico. P.5 CHESNAIS (1996) ampliação dos fluxos de Investimentos Diretos Externos (IDE). P.7 HIRST; THOMPSON (1999) ampliação também do volume de Exportações. P.7 COUTINHO (1995) ampliação da rapidez da incorporação dos avanços tecnológicos. P.7 KOZUL-WRIGHT (1995) redução dos custos de transportes e comunicações. P.7 GREIDER (1997) as economias capitalistas têm crescimento de seu produto interno bruto. P.8 CHESNAIS (1996a) a acumulação capitalista no setor financeiro. P.8 MATTOS (2001) dificuldades para a ampliação do estoque de empregos. P.8 KAPSTEIN (1999) queda da participação de salário. P.8 Proenza (2003), desenvolvimento das TIC. P.15 Fiori (2001a, p.48,49) somente 5% da população mundial tem acesso à Internet no início do século XXI, sendo que “metade dos internautas está nos EUA”. P.16 CRANDALL; JACKSON, (2002) articulação entre os computadores e as empresas. P.20 RHEINGOLD (1996) A questão da inclusão digital, em suma, é uma questão de Poder. P.24

Síntese do texto (Associação de ideias/Crítica/ Foco/Posicionamento)-> Citações Diretas:

- O fascínio exercido pelas novas tecnologias da informação gerou, em alguns autores, não só a expectativa de que a expansão econômica da segunda metade da década de 1990 seria perene, como também criou em alguns a impressão de que a Internet poderia representar uma forma de romper todas as barreiras de comunicações entre os países e as pessoas. Mais do que isso, a expansão das redes de comunicação pela Internet, segundo o pensamento dominante, seria responsável pela inclusão de toda a população mundial no universo das informações e, enfim, por uma suposta “Democracia Global”. P.3 -Nesse contexto, inicia-se, nos meios acadêmicos, um debate a respeito da “infoexclusão/infoinclusão”, normalmente avaliada segundo as estatísticas de acesso da população de cada país ou de cada região a um terminal de computador que possa se conectar à Internet. P.3 -A hipótese que deve nortear este trabalho é a de que as novas tecnologias da Informação e da Comunicação tendem a ampliar o padrão de exclusão social vigente no atual momento histórico do Capitalismo. P.4 -O acesso às informações e, notadamente, a capacidade de transformar informações em conhecimento, são fatores decisivos de inclusão social. P.4 -Trata-se, portanto, não somente de discutir a ampliação do acesso às tecnologias da informação, mas também – o que é muito importante – de dotar todos os estratos sociais de condições cognitivas adequadas para também poderem processar as informações, transformando-as em conhecimento, o que amplia as possibilidades de inserção nos mercados de trabalho e, também, permite o acesso a atributos fundamentais da construção da cidadania nos tempos atuais. P.4 -A abertura da fronteiras econômicas e a ampliação do comércio e dos investimentos favoreceria, especialmente, os países mais pobres (sempre segundo o pensamento econômico liberal, que se torna hegemônico a partir dos anos 1980 do século XX). P.5 -Segundo Castells (1999), a ampliação da Internet seria

capaz de produzir uma transformação mundial que levaria à convergência de renda, riqueza, oportunidades e informações. O autor afirma que a expansão da Internet poderia funcionar como um verdadeiro “Plano Marshall tecnológico Norte-Sul (...)”, incluindo a maioria da humanidade nas redes de informação e riqueza. P.6 -As principais mudanças ocorridas no processo de globalização impulsionado a partir do final dos anos 1970 início dos anos 1980, segundo os autores filiados ao pensamento econômico crítico (entendido aqui, a grosso modo, como os autores que não se filiam à corrente liberal ou neoliberal do pensamento econômico). P.7 -A revolução ocorrida no campo tecnológico, que promoveu drástica redução nos custos dos transportes e nas comunicações (Tabela 1), impulsionou o processo de globalização produtiva e financeira, viabilizando a estratégia determinada politicamente pelas grandes potências. P.8 -Uma das principais características da economia e sociedade brasileiras é seu elevado grau de desigualdade de renda e de riqueza. Esse fenômeno pode ser medido tanto pela distribuição funcional da renda (ou seja, repartição da renda nacional entre salários e lucros), quanto pela distribuição pessoal da renda (distribuição da renda pessoal do trabalho segundo estratos da pirâmide distributiva brasileira). P.11 -A comparação entre as colunas revela uma pronunciada diferença entre a distribuição do conjunto da população e a distribuição dos incluídos digitais. Várias conclusões podem ser retiradas dos dados apresentados: (a) existe proporcionalmente maior inclusão digital nas áreas urbanizadas; (b) segundo cor ou raça, a população branca é proporcionalmente mais incluída do que os pretos, os pardos e os indígenas; (c) existe uma pronunciada diferença nas duas colunas de distribuição da população de ascendência asiática, revelando relativamente elevado grau de inclusão digital entre essas pessoas; (d) por fim, no que se refere à contribuição para a Previdência, também se pode constatar uma pronunciada desproporção distributiva, que sugere maior inclusão dos trabalhadores que contribuem para a Previdência, ou seja, os dados revelam que as pessoas cujo vínculo empregatício é mais estável caracterizam-se por graus bem mais elevados de inclusão digital do que as outras. Essas observações sugerem que os indicadores brasileiros de exclusão digital reproduzem, muitas vezes em escala ampliada, os de exclusão social. P.13 - Finalmente, é forçoso destacar as desigualdades regionais existentes nos indicadores de exclusão digital no Brasil. Como se sabe, a concentração regional da renda é também uma marca da sociedade brasileira e a mesma também se expressa em elevadas assimetrias no que se refere ao acesso ao uso de computadores (Tabela 7). O Distrito Federal e os Estados mais ricos da federação brasileira revelam graus muito mais elevados de utilização de computadores do que os estados mais pobres. P. 14 -Temos que levar em conta, ainda, que a exclusão digital é interpretada apenas em termos quantitativos, tanto na literatura nacional, quanto mesmo na internacional, sendo ainda incipientes as tentativas de avaliar de forma qualitativa a inclusão/exclusão digital – o que implicaria definir alguns conceitos que pudessem medir a capacidade cognitiva dos que, para todos os efeitos, entram nas estatísticas como “digitalmente incluídos”. P.14 -Podemos ainda destacar que, dentro dos EUA, também ocorre um processo de exclusão digital, quando medido por classe de renda ou por etnia, conforme indicam as Tabelas 9 e 10, a seguir, as quais comparam os percentuais de grupos populacionais selecionados no conjunto da população e no conjunto dos chamados digitalmente incluídos. P.16 -Ou seja, parece que a exclusão digital é ainda mais expressiva do que a exclusão social, e, provavelmente, elas se reforçam mutuamente. P.16 -Ou seja, as estatísticas mais contraditórias de exclusão digital revelam apenas o número de pessoas com acesso à rede mundial de computadores, mas não conseguem avaliar a qualidade dessa inserção – mais claramente: não conseguem avaliar a capacidade de compreensão e análise das informações disponibilizadas pela Internet. P.21 -Para reforçar, podemos também mencionar os baixos níveis de rendimentos das pessoas e dos pequenos negócios (do campo e da cidade), que muitas vezes os impedem de serem digitalmente incluídos, pois, para tanto, é preciso ter, pelo menos, uma linha telefônica e um computador. P.21 -Não se pode negar, tampouco, o papel que a Internet pode ter na promoção da Democracia, na inclusão social, na ampliação das oportunidades profissionais e ainda nas possibilidades de entretenimento, ensino e lazer das pessoas no momento atual e no futuro.

P.23 -Por fim, devemos reforçar nossos argumentos lembrando que, em uma sociedade organizada segundo a lógica do mercado, a evolução tecnológica não vai trazer, por si só, a homogeneização regional, social e muito menos mundial. P.23

Observações: Tabelas nas páginas: 9 , 10, 11, 12, 13, 15, 17, 18 e 19.

Mapa Conceitual – n.º 35/2016 – ARAUJO, A.M. (Artigo de revista) – Brasil, Gabrielle

Referência bibliográfica: FERRARI, Roseli. AS FACES DA EXCLUSÃO DIGITAL E O ESFORÇO DA INCLUSÃO. 2003. Seminários Avançados I - Multimídia. Disponível em: <http://www.iar.unicamp.br/disciplinas/am625_2003/roseli_artigo.html>. Acesso em: 08 ago. 2015.

Quem são os sujeitos da exclusão digital citados no texto: Pessoas que tem acesso, mas não sabem utilizar o computador.

Metodologia

O texto não apresenta metodologia.

Abordagem Teórica e Teóricos utilizados

LÉVY Pierre (2001) a ferramenta não é o suficiente. P.1 TURKLE, Sherry (1984) inovações tecnológicas. P.3

Quais são os projetos propostos como alternativa e superação a exclusão digital?

Para mensurar a taxa de inclusão digital foi criado o “Relógio da Inclusão Digital”. P.4

Como o texto define a Exclusão Digital? Qual a relação da Exclusão digital e a Educação?

O texto define a Exclusão Digital a partir do excluído digital que o autor acha que deva ser procurado entre os mais próximos do computador, ao contrário de supor que o simples acesso à máquinas, pela multiplicação de estações conectadas à Internet vai, por si só, frear o processo de exclusão digital. P.2 O texto não faz relação da Exclusão digital e a Educação.

Síntese do texto (Associação de ideias/Crítica/ Foco/Posicionamento)-> Citações Diretas:

- A exclusão digital, pelas características do contexto que envolve, tende a crescer numa especial virtualidade, sob uma muralha digital que deve convencer os olhos menos críticos de que a inclusão está ali mesmo. Esta muralha nada mais é do que a intensa carga de apelo consumista, em arranjos de notável inteligência mercadológica, que exige como suporte a infraestrutura de informática. P.1 - Porque a exclusão vai estar crescendo ao lado de equipamentos e net-telhas encantadoras. P.1 - A identificação do processo de exclusão digital, para mim, remonta as raízes da inserção, em larga escala, dos computadores no cotidiano da sociedade contemporânea. E justamente o digitador, profissional símbolo deste momento de inserção, marcava o início da trajetória do que se reconhece hoje como excluído digital. P.1 - Entendo, hoje, que o digitador, mesmo ali, diante dos primeiros computadores, era um excluído digital. Não

bastou sua simples proximidade com a máquina para que a inclusão ocorresse. É verdade que ainda não se falava em Internet. Mas a questão é que poucas potencialidades do computador estavam acessíveis à inteligência daquele profissional, processo que se tentava mitigar através da proposta contida na dissertação que apresentei. P.2 - Portanto, a partir deste exemplo, acho importante que o excluído digital seja procurado entre os mais próximos do computador, ao contrário de supor que o simples acesso à máquinas, pela multiplicação de estações conectadas à Internet vai, por si só, frear o processo de exclusão digital. P.2 - Pois a inclusão não é um mero provimento da infraestrutura de acesso mas todo um trabalho de orientação que apenas começa quando as máquinas passam a estar disponíveis. Essa orientação deve preparar e motivar os usuários para o uso das potencialidades das tecnologias de comunicação pertinentes ao contexto da Internet. P.3 - A falta de clareza sobre o que é exclusão digital e quem é o excluído pode causar distorções semelhantes ao que ocorreu no caso do analfabetismo. P.3 - O relógio da inclusão digital marcará permanentemente a taxa de inclusão digital de acordo com os dados fornecidos pela FGV e é o primeiro passo para a realização do Mapa da Exclusão Digital. P.4 - Porque me parece claro, que só a escola poderá promover, em grande escala, a autêntica inclusão digital. A “medida” da exclusão digital sempre vai ser muito difícil de ser estabelecida, mas a direção do esforço em favor da inclusão, parece ter na escola o ponto de partida. P.4

Mapa Conceitual – n.º36/2016 – ARAUJO, A.M. (Artigo de Revista) – Brasil, Gabrielle

Referência bibliográfica: CARVALHO, José Oscar Fontanini de. O papel da interação humano-computador na inclusão digital. Transinformação, Campinas, p.75-89, set. 2003. Setembro / Dezembro. Edição especial.
Quem são os sujeitos da exclusão digital citados no texto: Os indivíduos que não conseguem acompanhar a evolução das máquinas e seus conteúdos digitais.

Metodologia

O Texto não apresenta metodologia. O autor é professor do programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

**Como o texto define a Exclusão Digital?
Qual a relação da Exclusão digital e a Educação?**

O Texto não define a exclusão digital.
O Texto não faz a relação da exclusão digital com a educação.

Quais são os projetos propostos como alternativa e superação a exclusão digital?

Não propõe projetos.

Síntese do texto (Associação de ideias/Crítica/ Foco/Posicionamento)-> Citações Diretas: As informações geradas atualmente estão, cada vez mais, sendo armazenadas no formato digital. As vantagens desta forma de armazenamento de informação são muitas, destacando-se, entre elas, a flexibilidade oferecida

para a sua recuperação e a possibilidade de armazenamento e veiculação em diferentes tipos de mídias. P.2 O armazenamento e a manipulação de conteúdos digitais somente é possível por meio de máquinas com processadores específicos, sendo a mais conhecida, o computador. P.2 Negroponte (1995, p.85) afirma que a maioria dos projetistas de interfaces de dispositivos digitais “teimam em procurar tornar máquinas idiotas mais fáceis de serem usadas por gente inteligente”. P.4 O ideal seria uma interface minimalista que permitisse a operação do equipamento com a menor necessidade de habilidade ou conhecimento prévio possível. Intuitiva para qualquer pessoa. A interface ideal deve ser invisível, ou seja, passar despercebida. P.4 O fator que restringe o acesso a tais equipamentos não é apenas o financeiro, pois a dificuldade encontrada por certas pessoas em acessar os computadores, por falta de treinamento ou habilidade, é um fator restritivo tão importante, que faz com que um número crescente de cientistas e técnicos se dediquem a desenvolver projetos que facilitem o acesso aos computadores, por pessoas com pré-requisito cada vez menor. O objetivo destes estudiosos é proporcionar, aos potenciais usuários, interfaces de computadores que tornem o acesso a eles tão simples, que qualquer pessoa sem o mínimo conhecimento prévio, habilidade ou nível de instrução possa acessá-los. P.6 Nos primórdios da computação, apenas pessoas com um altíssimo nível de conhecimento (geralmente cientistas), conseguiam interagir adequadamente com computadores. Atualmente, crianças que ainda não foram alfabetizadas conseguem obter resultados na interação com tais dispositivos. Inegavelmente, a evolução das Interfaces Humano-Computador teve um papel decisivo neste processo. Neste sentido, não há como contestar a contribuição da área para a inclusão digital. Apesar disto, muito ainda tem que ser feito, na área de Interação Humano-Computador, a favor dos excluídos da Sociedade da Informação. P.9 Para Laurel (1990b), os agentes devem oferecer conhecimento de especialista, habilidade e trabalho. Devem necessariamente ser capazes de entender as necessidades e objetivos do usuário em relação a eles, traduzindo tais objetivos para um conjunto apropriado de ações e proporcionar resultados que possam ser usados pelo usuário. Devem também saber quando certas informações são necessárias para seus usuários e como fornecê-las. Na vida real, os agentes seriam secretários, jardineiros, artesãos, professores, bibliotecários e contadores ou qualquer pessoa que execute ações para outra pessoa com a sua permissão. Os agentes de interface são apropriados para executar tarefas similares aos agentes da vida real, ou seja, tarefas que requeiram conhecimento, habilidade e recursos ou o trabalho necessário para que seu usuário atinja um objetivo, porém não está disposto ou está impossibilitado de fazê-lo. P.11

Abordagem Teórica e Teóricos utilizados

TAKAHASHI, 2000, p.39 apresenta como dificuldade para o usuário inexperiente o desenho das telas de apresentação e as estruturas das páginas. INGWERSEN, 1992 utiliza os capítulos cinco e seis para abordar os problemas enfrentados pelos usuários inexperientes e cita autores consagrados da área de interação Humano-Computador. PARAGUAY, 2001 define Inclusão Digital. Negroponte (1995, p.85) apresenta a maioria dos projetistas de interfaces de dispositivos digitais, como pessoas que “teimam em procurar tornar máquinas idiotas mais fáceis de serem usadas por gente inteligente”. Carvalho (1994) afirma que muitas das soluções para projetos de interfaces, que ajudam alguns usuários, são as que passam a dificultar e, em alguns casos, impossibilitar o acesso de outros usuários. Além disso, afirma que o avanço tecnológico transformou o computador em uma ferramenta cada vez mais indispensável. Carvalho e Daltrini (1993, p.3) destacam que mesmo nos dias atuais, a quantidade de projetores de interfaces preocupados com um produto de excelente qualidade técnica e que atenda a qualquer tipo de usuário é precário. Baecker e Buxton citados por Thakkar (1990, p.1) apresentam uma definição de Interação Humano-Computador. UNITED STATES..., 1992, p.5 apresenta uma definição para a Interação Humano-Computador. Rocha e Baranaus (2003, p.17) apresentam os objetivos da IHC. Carvalho (1994, p.9) conceito de Interface Humano-Computador. Hartson e Hix (1989) explicam a causa de definir separadamente as expressões: Diálogo Humano-Computador e Interface Humano-Computador. Negroponte (1995, p.86) comenta sobre o desenho de interfaces para computadores. Walker (1990) redefine a geração dos computadores em cinco gerações. Pressman (1992) classifica a evolução das interações entre o ser humano e o computador em quatro gerações. Shneiderman (1992) afirma que quando um sistema interativo é bem projetado, a dificuldade para interagir com ele desaparece. Laurel (1990a, p.346) expor a opinião do autor sobre os paradigmas. Oren (1990) apresenta um paradigma onde o computador passa a ser visto como um meio de comunicação. Williams & Blair (1994) definem multimídia. Mountford e Gaver (1990) afirmam que as interfaces audíveis somadas às atuais interfaces visuais, aumentam o sentimento de manipulação direta e o entendimento dos usuários. Alan Kay citado por Laurel (1990, p.359) o autor afirma que: um agente deveria ser “um robô na forma desoftware”, vivendo e trabalhando dentro do universo do computador. Laurel (1990b) afirma que os agentes devem oferecer conhecimento de especialistas, habilidade e trabalho. Naimark (1990, p.455) comenta sobre a realidade virtual. Fisher (1990) enfatiza a habilidade de inergir. Walker (1990) define sistemas de Ciberespaço. ADAM, 1993, p.22 Realidade aumentada. WEISER, 1993, p.75 Computação Ubiqua. BRASIL, 2002 destaca que poucos são os cursos da área de computação que incluem conteúdos relativos à interação Humano-Computador. PELISSONI & CARVALHO (2003) aponta alguns exemplos da utilização da disciplina de Interação Humano-Computador. CARVALHO (2003) afirma que existem dispositivos que permitem armazenar e recuperar informações que possam ser percebidas pelos cinco sentidos.

Mapa Conceitual – n.º37/2016 – ARAUJO, A.M. (Artigo de Revista) - Brasil, Gabrielle

Referência bibliográfica: LOPES, Ana Helena R. G. P.; MONTEIRO, Maria Iolanda; MILL, Daniel R. S.. Tecnologias Digitais no contexto escolar: Um estudo bibliométrico sobre seus usos, suas potencialidades e fragilidades. *Reveduc*, [s.l.], v. 8, n. 2, p.30-43, 30 ago. 2014. Universidade Federal de São Carlos Programa de Pós-graduação em Educação. <http://dx.doi.org/10.14244/19827199658>.

Quem são os sujeitos da exclusão digital citados no texto: pessoas que não sabem utilizar a tecnologia de forma adequada

Metodologia

Estudo bibliométrico. Metodologia orientada pela etnografia, pela netnografia e por uma análise discursiva foucaultiana. P.9

Quais são os projetos propostos como alternativa e superação a exclusão digital?

É imprescindível o desenvolvimento de um projeto pedagógico que alicerce a relação entre tecnologias digitais e processos educativos, sempre tendo como objetivo o melhor ensino e a aprendizagem dos estudantes. Ganha importância um posicionamento consciente e crítico frente à incorporação de tecnologias (não somente as digitais) no âmbito educacional. P.10

Como o texto define a Exclusão Digital? Qual a relação da Exclusão digital e a Educação?

O texto não define a Exclusão Digital. O autor afirma que a tecnologia, se usada de forma adequada, ajudará na educação dos alunos, ou seja, a exclusão digital dificultaria o uso dessa ferramenta.

Síntese do texto (Associação de ideias/Crítica/ Foco/Posicionamento) - Citações Diretas:

-Qual concepção de tecnologia digital está sendo adotada neste texto? Primeiro, faz-se substancial romper com a equivocada, porém fortemente disseminada, ideia de que tecnologia se restringe aos mais recentes aparatos eletrônicos ou digitais, como os dispositivos móveis de comunicação ou as televisões com imagens em três dimensões (3D). P.2

-Assim, a palavra tecnologia abarca desde artefatos pré-históricos até objetos mais modernos e avançados, como dispositivos móveis e multimidiáticos (ex.: tablet, celulares, etc.). P.3 -Assim, procuramos analisar algumas produções científicas em educação buscando melhor entendimento entre educação e tecnologias. De que forma se desenvolve a temática “tecnologia digital” na sua relação com a “sala de aula”? P.4

-Tendo o termo tecnologias digitais como foco da sistematização das informações de campo, iniciou-se a análise da base de dados. P.4 -O primeiro eixo temático, “experiências com tecnologias digitais no ensino”, reúne mais especificamente pesquisas ou relatos de experiências já vividas por estudantes e professores em sala de aula, sendo mediados por algum tipo de tecnologia digital. Têm-se, por exemplo, o computador auxiliando o ensino de idiomas e os jogos eletrônicos que acabam por favorecer a aprendizagem de algum modo. P.5 -Como temática central, tem-se a concepção de que é necessário que as tecnologias sejam compreendidas como elemento político e não meramente como algo absoluto ou técnico. P.6 -Assim, não basta introduzir as tecnologias digitais no contexto escolar sem que haja uma preparação de outros múltiplos fatores para que o acesso seja fonte de aprendizagens para os estudantes. P.6 -A escola, os professores, os gestores e os alunos podem e devem ter contato com o mundo das tecnologias digitais, mas o uso feito deste instrumento não pode se dar de qualquer modo, espontânea ou irresponsavelmente. É imprescindível o desenvolvimento de um projeto pedagógico que alicerce a relação entre tecnologias digitais e processos educativos, sempre tendo como objetivo o melhor ensino e a aprendizagem dos estudantes. Ganha importância um posicionamento consciente e crítico frente à incorporação de tecnologias (não somente as digitais) no âmbito educacional. P.10 -O uso da tecnologia digital ocorre de modo passivo no que diz respeito a suas potencialidades, isto é, as tecnologias digitais ainda são usadas nas escolas como mero fim em si mesmas, o que demonstra desconhecimento das suas características e reais contribuições para o processo de ensino e aprendizagem no contexto das várias áreas de conhecimento. P.11- A princípio, supomos que, na virada do século, os trabalhos mostrariam uma concepção já ultrapassada de tecnologia digital, bem como uma utilização indiscriminada das mesmas no campo educacional, ou ainda a negação absoluta de sua entrada nas escolas, sobretudo com a resistência docente. P.12 -Percebemos que um dos grandes desafios na atualidade é a relação entre os professores e as tecnologias telemáticas. Os alunos nesta geração web têm acesso e contato mais próximo com as tecnologias digitais, enquanto os professores, com algumas exceções, ainda não têm tanta afinidade com tais artefatos. P.12

Mapa Conceitual – n.º 38/2016 – ARAUJO, A.M. (Artigo) - Brasil, Gabrielle

Referência bibliográfica: FRANCO, Vera Nácia Duarte. Inclusão digital, ciência e cidadania no ensino fundamental: uma convergência de mídias. In: IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO, CIDADANIA E EXCLUSÃO: DIDÁTICA E AVALIAÇÃO, 4., 2015, Rio de Janeiro. Anais IV Colóquio Internacional Educação, Cidadania e Exclusão: Didática e Avaliação. Rio de Janeiro: Realize, 2015. p. 1 - 10.

Quem são os sujeitos da exclusão digital citados no texto: o texto não apresenta sujeitos da Exclusão Digital.

Metodologia

O texto não apresenta metodologia.

Abordagem Teórica e Teóricos utilizados

Tajra (1998) o computador dever ser usado como meio e fim. P.3 Thurler (2001) engajamento em um projeto comum. P.4

Quais são os projetos propostos como alternativa e superação a exclusão digital?

O uso das reportagens da revista Ciência Hoje das Crianças aliada a outras ferramentas midiáticas, foi possível despertar o interesse dos alunos por temas que permeiam seu cotidiano, mas que, sistematicamente, eles não pensam a respeito. P.3

Como o texto define a Exclusão Digital? Qual a relação da Exclusão digital e a Educação?
 O texto não define a Exclusão Digital. O Texto não faz relação da Exclusão Digital com a Educação.

Síntese do texto (Associação de ideias/Crítica/ Foco/Posicionamento)-> O autor inicia o texto abordando a criação do Programa Ciência Hoje de Apoio à Educação (PCHAE), criado pelo Instituto de Ciência Hoje em 2001. O projeto auxilia alunos de quinto e sexto ano de escolas públicas com baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Assim através da revista feito pelo programa, há aumento da possibilidade de interação de alunos de escolas públicas com o contato com uma publicação científica voltada para o público infante juvenil. A interatividade da revista tem motivado os alunos a explorar, pesquisar e buscar respostas para as suas perguntas. Logo, mudou a maneira de ensinar e de explorar a ciência, fazendo com que os alunos interagissem mais, pois possui uma linguagem mais simples. Essa satisfação em aprender de forma lúdica, fez com que os alunos buscassem novas informações em outras fontes além da revista. **Citações Diretas:** - Os profissionais da educação também são beneficiados, pois, desde 2010, a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro investe na formação continuada de professores que lecionam nos anos finais do Ensino Fundamental I capacitando-os a utilizar a Revista Ciência Hoje das Crianças de forma interdisciplinar. P.1 -Tomando como ponto de partida o interesse dos alunos, o professor-mediador-aprendiz, teve como objetivo introduzir conceitos relacionados ao cotidiano, referentes à ciência, com o intuito de despertar sua curiosidade e ampliar seus conhecimentos, oportunizando uma vivência diferenciada na qual foi possível dar significado ao aprendizado de forma colaborativa, uma vez que, na relação com seus pares, eles adquirem habilidades e competências que, se bem fomentadas, os seguirão em sua vida dentro e fora da escola, influenciando positivamente na aquisição de valores e atitudes. P.2 -Com o uso das reportagens da revista Ciência Hoje das Crianças aliada a outras ferramentas midiáticas, foi possível despertar o interesse dos alunos por temas que permeiam seu cotidiano, mas que, sistematicamente, eles não pensam a respeito. P.3 -Mas a curiosidade ultrapassou a sala de aula e eles tiveram oportunidade de pesquisar em outras mídias, compartilhando o que aprenderam com os colegas e com os familiares, movimentando uma rede de interesse pela ciência que trouxe um sentido novo ao que eles aprendem na escola. P.3 -No entanto, para acompanhar as mudanças da sociedade do conhecimento é necessário que o professor se disponha a ser um mediador e um aprendiz que auxilie seus alunos na construção e reconstrução do conhecimento e na reflexão sobre seu papel na sociedade. P.3 -A utilização da pedagogia de projetos privilegiou os saberes trazidos pela criança para o interior da escola e valorizou sua construção cognitiva. P.3 -O diálogo e o compartilhamento de responsabilidades no processo de construção do conhecimento foram tão importantes quanto os seus resultados. P.4 -As ferramentas disponíveis na escola não garantem uma educação de qualidade. É necessário incluir um conjunto de ações e práticas pedagógicas, tomada de consciência e reflexão conjunta, favorecendo a construção de um ambiente propício à aprendizagem. E essa tarefa não é apenas dos professores. P.8 -Por outro lado, as possibilidades de trabalho são muitas: diferentes mídias, criatividade e empenho de professores e alunos e iniciativas governamentais e individuais. P.8 -As diferentes “linguagens” e a abordagem interdisciplinar, lúdica e atrativa, com conteúdos atuais e interessantes motivaram os alunos da turma 1501 a continuar aprendendo. P.8 -Assim, a integração das novas tecnologias foi imprescindível, uma vez que já estão presentes na vida diária dos jovens e devem contribuir para a formação de habilidades, competências e também para a socialização dos alunos. P.9

Abordagem Teórica e Teóricos utilizados

LIMA (2012, p.18) como são tratadas as tecnologias digitais na escola. P.2 Mill (2013, p.17) incorporação das tecnologias na educação. P.2 LION (1997, p.25) materiais impressos. P.3 Kenski (2011, p.15) tecnologia antiga. P.3 Passarelli (2002) mudança processual. P.3 Lévy (1999, p.32) surgimento da tecnologia digital. P.3

Pretto e Pinto (2006) tecnologia digital da informação e comunicação. P.3 Kenski (1998), outros aspectos decorrentes das tecnologias digitais. P.4 Valadares (2004) experiência prática de ensino-aprendizagem. P.5 Bonilla (2002), escola aprendente. P.6 CONFORTO (2006) da escola do hardware para a escola do software. P.7 Saraiva (2006) Educação a Distância. P.7 Amorim (2006) herança cibernética. P.7 Cordeiro (2008) “Corporeidade, dialogicidade e virtualidade. P.7 Lima (2009) educação pelos meios de comunicação. P.8

Rocha (2009) tecnologias digitais no curso. P.8 SOUZA (2010) o diálogo e a mídia. P.8 Sales (2010) a interface entre currículo escolar e currículo do Orkut. P.9 Pereira Filho (2011) meios de comunicação e suas intervenções na escola. P.9 MILL (2010, p.53) educação a distância. P.11 ROCHA (2009, p.8) nova concepção de presencialidade. P.11 Bonilla (2002) criticidade das práticas pedagógicas. P.11 Dias (2008) Faz-se necessário muito mais que tecnologias, para que se desenvolva uma educação. P.11 Mill (2010, p.53) seria incoerente não incorporar as tecnologias no processo de formação dos futuros cidadãos. P.12

Mapa Conceitual – n.º39/2016 – ARAUJO, A.M. (Artigo) - Brasil, Gabrielle

Referência bibliográfica: MUNIZ, Marília Fontenele Magalhães. Oficinas de inclusão digital com base educacional na cidade de Colares, Pará, Brasil. In: IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO, CIDADANIA E EXCLUSÃO: DIDÁTICA E AVALIAÇÃO, 4., 2015, Rio de Janeiro. Anais IV Colóquio Internacional Educação, Cidadania e Exclusão: Didática e Avaliação. Rio de Janeiro: Realize, 2015. p. 1 - 9.

Quem são os sujeitos da exclusão digital citados no texto: moradores das cidades da parte norte do país em escolas municipais e estaduais e também de cidades grandes de outras regiões.

Quais são os projetos propostos como alternativa e superação a exclusão digital?

Faz-se necessário que aconteça a popularização, em caráter de urgência, de acessos ao meio tecnológico, este sendo caracterizado por notebooks, tablets, computador etc. P.5

Como o texto define a Exclusão Digital? Qual a relação da Exclusão digital e a Educação?

Um problema cuja solução depende unicamente da universalização do acesso aos computadores e às conexões com a Internet, em qualquer esfera de atividade, seja na saúde, na educação ou na política. O texto não faz relação da Exclusão Digital com a Educação.

Abordagem Teórica e Teóricos utilizados

Kawark, Manhães e Medeiros (2010) explicam o tipo de pesquisa. P.2 Denis McQuail (2000) nova “media”: a internet. P.4 Mello (2009) presença das tecnologias. P.4 Pierre Lévy (1997) fenômeno da Cibercultura. P.4 Eisenberg e Cepik (2002, p. 238) definem Exclusão Digital. P.5 Lemos (2002, p.16) desenvolvimento das tecnologias. P.5 (Bordenave, 2006, 17) e Paulo Freire (1983) para afirmar que a Inclusão digital e social precisa ser iniciada. P.5 Soares (2000) caracterização de Educomunicação. P.5 Costa (2003) domínio dos aparelhos. P.6 Wood (2009 p.39) Mídia de massa e tecnologia da comunicação. P.6

Síntese do texto (Associação de ideias/Crítica/ Foco/Posicionamento)-> Citações Diretas:

A autora inicia o texto afirmando que é comum vermos a evolução tecnológica ao nosso redor, e quanto é comum fazer uso delas, em contra partida, ressalta que essa inclusão digital fortifica a exclusão presente na sociedade. Houve a criação de um projeto em Colares, Pará, para apresentar a tecnologia, ensinar atividades simples, como ligar e desligar, entre outras. Além disso, depois da apresentação do Linux e do acesso à internet, os responsáveis pelo projetos, mostravam como utilizá-la para propagação da cultura e divulgação dos artesanatos. A autora afirma que a recepção das comunidades foi ótima. O aluno depois de aprender, estaria capacitado para passar seu conhecimento aos outros alunos. O Rondon é um projeto de extensão que leva universitários para cidades com baixo IDH para estes possam desenvolver ações que revelem àquela comunidade seus pontos positivos, que postos em evidência e trabalhos podem trazer bons resultados. P.1 Como aplicar uma oficina sobre internet para pessoas que não sabem ligar o computador? Como mostrar à sociedade a utilidade de algo que, até então, eles tinham vivido sem? Será que realmente é necessário o ensino da informática básica? E a mais intrigante delas foi o porquê de instalar um laboratório equipado com microcomputadores sem haver mão de obra qualificada para tal demanda em uma comunidade longe do centro urbano. P.2 O público alvo das atividades eram pessoas, de todas as idades, que nunca tinham tido acesso básico ao computador. O objetivo da oficina era justamente ensinar a esse público como ligar e desligar o computador, como encontrar programas que pudessem de alguma forma facilitar o dia a dia ou abrir as portas para o mercado de trabalho. P.3 Pudemos perceber que a sociedade, como um todo, necessita do contato com as ferramentas tecnológicas como um caminho de atualização/profissionalização. P.3 A oficina foi pensada de modo que se criassem agentes multiplicadores do saber tecnológico. Desta forma, depois da participação na oficina, os jovens ficaram aptos a passar seus conhecimentos para outras pessoas. P.4

Os projetos de extensão universitária têm como objetivo, segundo o art. 43 da LDBEN N 9394-96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), levar a comunidade em que a universidade se insere o conhecimento e as práticas que são desenvolvidas no campo científico. P.4 Tem como principal característica

levar ações de saúde, educação, meio ambiente, trabalho, comunicação e informática para cidade que possuem baixo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Ou seja, o Rondon, como projeto de extensão universitária, vai além de levar ações para a comunidade no entorno da universidade, ele expande para o território nacional. P.4 Ao encarar essa realidade, utilizamos das práticas de autonomia e inclusão com bases nos preceitos da Educomunicação. P.5 Resumindo, somos produtos do meio que vivemos. A comunicação de massa está presente até mesmo nos mais remotos locais através das ondas de transmissão radiofônica. Cremos que todos, todos mesmo, devem ter acesso a comunicação e desenvolver, a partir dela, a visão crítica e comunitária que dela podem se construir. Mas é necessário a consciência de formação comunitária. P.6 Em algumas discussões recorrentes chegamos sempre ao mesmo ponto de partida, o Estado dá a população o material, porém não investe em capacitação para que os profissionais, da educação, por exemplo, usem das ferramentas de tecnologia de modo a inserir seus alunos nesse universo. Foi claro e evidente que o caminho da inclusão digital e, por vezes, social ainda é longo e árduo. P.7

Mapa Conceitual – n.º 40/2016 – ARAUJO, A.M. (Artigo de Revista)

Referência bibliográfica: ROBERTO, Magda S. FIDALGO, António, BUCKINGHAM, David. De que falamos quando falamos de infoexclusão e literacia digital? Perspectivas dos nativos digitais. *Journal Observatório*, vol. 9 nº1. 2015. p. 43-54

Quem são os sujeitos da exclusão digital citados no texto: Trata-se na diferença que as pessoas dão ao uso da informação, aos tipos de ferramentas que utilizam e o nível de intensidade de acesso às TICs.

Como o texto define a Exclusão Digital? Qual a relação da Exclusão digital e a Educação?

Podemos estar, assim, perante uma infoexclusão intra e intergeracional que pode requerer não só uma reformulação dos conceitos utilizados até à data de “nativos e imigrantes digitais”, mas também o desenvolvimento de novas estratégias educacionais. P. 52
Este trabalho posiciona-se nesta linha de investigação que procura reforçar o questionamento sobre as especificidades da geração de nativos digitais, nomeadamente ao nível dos seus conhecimentos e necessidades de aprendizagem, demonstrando a importância de se desenvolverem estratégias educacionais promotoras da literacia digital para todas as audiências. P. 52

Quais são os projetos propostos como alternativa e superação a exclusão digital?

Não apresenta projetos e sim aponta sugestões de investigação sobre o uso crítico da internet no que tange aos nativos digitais.

Abordagem Teórica e Teóricos utilizados

Castells, 2004 - Isto significa que a infoexclusão reflete muito mais do que o acesso à Internet, nomeadamente as consequências que esse acesso comporta e a forma como o acesso, ao existir, é executado (p.45).

DiMaggio, Hargittai, Celeste e Shafer, 2004 - mas também em que medida os seus utilizadores têm as competências necessárias para fazerem um uso adequado dos meios disponíveis (p.45)

Guillén e Suarez, 2005 - percebe-se que a dimensão socio-económica e a escolaridade têm um papel explicativo importante na literatura da especialidade (p.45).

Viswanath e Finnegan 1996 - Assim, as pessoas de estatuto socio-económico mais elevado utilizam as TIC com maior frequência, diversidade e qualidade reforçando o desnivelamento de conhecimento existente (p.45).

Livingstone e Helsper, 2007 - Estas crianças e jovens que crescem ao mesmo ritmo que a tecnologia, podem ter menos oportunidades e maior dificuldade de aproveitamento de recursos quando incluídas em famílias de classes sociais baixas por comparação a crianças e jovens de famílias de classes altas (p.45).

Levy, 1999 - A educação ou literacia digital deve implicar não só a utilização do computador, e respetivas aplicações, como também a aprendizagem de capacidades que permitam compreender e dominar a linguagem codificada e subjacente à cibercultura (p.46).

Freitas, 2010 - Este traço da literacia digital assume-se como determinante, inclusivamente na sua definição que deixa de estar centrada na utilização instrumental da tecnologia para passar a refletir a literacia digital enquanto prática social. (p.46).

Selber, 2004- no seu livro Multiliteracies for a Digital Age propõe uma perspectiva assente na ideia de que a aquisição de competências tecnológicas reflete a forma mais básica e rudimentar de literacia digital, designada de literacia digital funcional onde as pessoas aprendem a utilizar as TIC enquanto ferramentas. (p.46)

Stone, 2007- qualquer forma de literacia tem como ponto de partida as dimensões social, cultural e histórica aumentando o valor da comunicação e da linguagem enquanto ferramenta essencial que permite pensar e agir sobre o mundo (Vygotsky, 1988), incluindo o digital. (p.47)

Hargittai, 2002- a infoexclusão é uma problemática que vai para além da compreensão das desigualdades de acesso às TIC e, por consequência, de acesso à sociedade da informação, mas também reflete uma dimensão centrada nos diferentes níveis de competências online que os utilizadores possuem. (p.49)

Síntese do texto (Associação de ideias/Crítica/ Foco/Posicionamento) - Citações Diretas:

-A desigualdade de acesso às TIC deve-se, entre outros fatores, às diferenças nos usos que as pessoas dão à informação, aos tipos de ferramentas que utilizam e ao nível de intensidade de acesso às TIC (Cebrián-Herreros, 2009) sendo que fatores como o estatuto socio-económico, a idade, o género e a educação podem também ter um peso relevante no agravamento da população infoexcluída (e.g. Castells, 2001). P. 44 -Entre aqueles que usufruem dos benefícios das TIC na sua plenitude, encontram-se outros que permanecem apartados dos avanços que tanto caracterizam os modos de viver da sociedade atual. Sendo que as TIC devem garantir oportunidades equitativas no seu uso e acesso, permitindo que o conhecimento e a informação sejam fontes universais de bem estar e progresso (Declaração de Bavaro, 2003). P.44 - Para além deste tipo de literacia, o autor refere ainda a existência da literacia digital crítica que apela à visão das TIC enquanto artefactos culturais levando os utilizadores a questionarem a sua existência, propósito e funcionalidade; para finalmente se alcançar a literacia digital retórica onde o autor espera que os utilizadores possam tornar-se conscientes do contexto sócio-cultural que envolve as TIC levando a que estejam plenamente informados sobre os processos que lhes subjazem (Selber, 2004). P. 46 - O facto de a maioria dos estudantes universitários ter recorrido a ideias para definir a infoexclusão que vão de encontro aos diferentes níveis da mesma já identificados na literatura é um bom indicador da sua compreensão deste conceito. P. 49 - Entre os grupos sociais percebidos como tendo acesso elevado às TIC encontram-se os jovens, em particular os estudantes (N = 72) assim como as pessoas oriundas de classes sociais económicas elevadas (N = 58). Com relação aos grupos sociais com acesso reduzido às TIC são representados pelos idosos (N = 77) e pelas pessoas de classes sociais económicas mais baixas (N = 64). P.49 -Uma das variáveis utilizada para explicar a infoexclusão é de cariz socio-económico, na medida em que o acesso à Internet, quer os equipamentos continuam a ser dispendiosos levando a que os que têm rendimentos mais elevados tenham um maior número de oportunidades para aceder às TIC (N = 55). A segunda variável decorre da idade onde as gerações mais velhas são percebidas como tendo dificuldades de aprendizagem e de adaptação às TIC (N = 55), tendo menos motivação e interesse para introduzir as TIC nas suas rotinas diárias (N = 14). Inversamente, as gerações mais jovens cresceram num mundo onde a tecnologia é uma ferramenta de trabalho fundamental que faz parte das suas vidas pessoais e profissionais (N = 39). Finalmente, a terceira variável apresentada foca a escolaridade onde os grupos em que esta seja mais elevada terão maior facilidade e oportunidades de acesso do que aqueles em que a escolaridade é baixa (N = 9). P.49 -As percepções dos estudantes universitários refletem por um lado a compreensão dos custos que ainda estão associados à tecnologia e por outro o valor da escolaridade apontando, também eles, para duas das variáveis mais debatidas na literatura subjacentes à infoexclusão (Castells, 2001). P.49 - Se por um lado, os estudantes universitários consideram na sua definição uma visão mais fechada do que se pressupõe que o próprio conceito seja, dirigindo-o para o conhecimento e competências sobre as TIC, esta perspectiva tecnicista permanece incompleta por não clarificar em que medida pressupõe também gerir e agir sobre a informação (Souza, 2007). P.50 -A formação em contexto escolar desde a infância é percebida como medida fundamental (N = 39). Alguns estudantes universitários também referem a importância de implementar programas de literacia digital dirigidos a idosos (N = 15). A criação de espaços de acesso livre são vistos como estratégias relevantes (N = 28) em particular quando aliadas à redução de preços dos equipamentos (N = 12). P. 50 -Os resultados do estudo indicam que os estudantes universitários têm essencialmente uma posição instrumental face às TIC e redutora no plano reflexivo face aos significados construídos que apresentam para os conceitos, nomeadamente de infoexclusão e literacia digital. P. 50 -Estas posições não deixam, assim, de ter como ponto de partida uma visão ancorada na aquisição de competências e na utilização de ferramentas tecnológicas que ilustram uma literacia digital de cariz funcional e rudimentar (Selber, 2004). P. 50 -Este elemento, juntamente com os resultados do trabalho aqui apresentado, são complementares e indicam que para além de existir elevada variação nos níveis de proficiência digital entre o grupo designado de nativos digitais, a visão que estes têm das TIC não vai de encontro às

suas potencialidades e necessidades atuais. P. 51 -No que concerne aos grupos sociais mais afetados pela infoexclusão, os nativos digitais evidenciam, em geral, facilidade em identificar os jovens e os idosos como sendo os que têm maior e menor acesso, respetivamente. Referem, ainda, a importância do estatuto sócio-económico e da escolaridade enquanto fatores determinantes para garantir a facilidade de acesso às TIC. P. 51 -Não se pode deixar de considerar que o grupo dos idosos foi referido pelos nativos digitais como sendo um dos mais afetados pela infoexclusão, contudo não é a este grupo que se dirigem quando apresentam estratégias educacionais. P. 51 -Podemos estar, assim, perante uma infoexclusão intra e intergeracional que pode requerer não só uma reformulação dos conceitos utilizados até à data de “nativos e imigrantes digitais”, mas também o desenvolvimento de novas estratégias educacionais. P. 52 -Este trabalho posiciona-se nesta linha de investigação que procura reforçar o questionamento sobre as especificidades da geração de nativos digitais, nomeadamente ao nível dos seus conhecimentos e necessidades de aprendizagem, demonstrando a importância de se desenvolverem estratégias educacionais promotoras da literacia digital para todas as audiências. P. 52

Mapa Conceitual – n.º 41- 2016 – ARAUJO, A.M. (Artigo de Revista)

Referência bibliográfica: SANTOS, Noédon. A exclusão digital ainda é uma realidade?. Bahia: Revista Gambiarra, 2015. p. 1-3. Disponível em: <http://revistagambiarra.com.br/site/a--exclusao---digital---ainda---e---uma---realidade/> Acessado em 09 de março de 2016.

Quem são os sujeitos da exclusão digital citados no texto: Populações carentes

Metodologia

Texto não apresenta metodologia. Está publicado em site da internet da Revista Gambiarra. O autor é professor da UFBA e da Universidade de Coimbra/Portugal.

Quais são os projetos propostos como alternativa ao combate a exclusão digital?

O autor aponta como política social centros de capacitação para acesso e cursos de informática afim de resguardar a população mais afetada.

Abordagem Teórica e Teóricos utilizados

José Eduardo Faria (2004) fala que a globalização fortalece o Estado no sentido ajustes estruturais, porém o enfraquece para o promoção de políticas públicas redistributivas. Mapa da Inclusão Digital (2012) aponta as disparidades no acesso digital dentro dos países do Brasil.

Quais são os projetos propostos como alternativa e superação a exclusão digital?

O autor cita que há diversos projetos e cito o autor Silveira, 2003 onde nessa obra há uma relação de projetos.

Síntese do texto (Associação de ideias/Crítica/ Foco/Posicionamento)-> Citações Diretas:

Compreende-se, então, que a sociedade moderna tem se mostrado compatível com elevados graus de diferenças de condição de vida. A globalização estimula o aumento dos tipos de desigualdade. Além das disparidades nomeadamente econômicas, surgem àquelas ligadas ao sentido de acesso: aos meios de comunicação, as ferramentas e tecnologias da era digital. P.2 As consequências desse apartheid cibercultural são graves, principalmente no âmbito profissional. Hoje em dia, os processos realizados pela maioria das empresas, agentes e órgãos privados ou públicos, são digitais. Desde a confecção de simples documentos até a sistematização de gerenciamentos de dados, passam pela via técnico-informática. P.2 No entanto, o contato puro e simples com as ferramentas tecnológicas não é o bastante. É preciso que se instrumentalizem tais ferramentas para chegar a um propósito, ou seja, é imprescindível apontar os caminhos para fazer do computador, da internet, do tablet, mecanismos de produção intelectual e/ou profissional. P. 2 Onde haja, ao menos, a possibilidade de se fazer presente na corrida empregatícia. Por que não há nada mais severo, do que ceifar pela raiz a oportunidade de um indivíduo de concorrer um por uma chance de um futuro melhor. Desta maneira, ensinar técnicas e usos das tecnologias, modos de produzir e trabalhar com todas essas novas ferramentas que aí estão, é promover um processo gradual e político para a construção de uma sociedade mais justa. P.3

Mapa Conceitual – n.º 42/2016 – ARAUJO, A.M. (Artigo)

Referência bibliográfica: CABRAL, Adilson. Sociedade e tecnologia digital: entre incluir ou ser incluído. E-GOV Portal de e-governo, inclusão digital e sociedade do conhecimento: São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/sociedade-e-tecnologia-digital-entre-incluir-ou-ser-inclu%C3%ADda>. Acessado em: 29/09/2015.

Quem são os sujeitos da exclusão digital citados no texto: Os chamados analfabetos digitais.

Como o texto define a Exclusão Digital? Qual a relação da Exclusão digital e a Educação?

A formação continuada no uso e no conhecimento das ferramentas tecnológicas é a relação que autor faz como forma de combate a exclusão digital. O autor sugere que sejam apontados caminhos para o uso das ferramentas tecnológicas em prol da produção intelectual e profissional

Como o texto define a Exclusão Digital? Qual a relação da Exclusão digital e a Educação?

Relação com a educação o autor fala: “Incluir da perspectiva tecnológica envolve apreender o discurso da tecnologia, não apenas os comandos de determinados programas para a execução de determinados fins, não apenas qualificar melhor as pessoas para o mundo do trabalho, mas sim a capacidade de influir na decisão sobre a importância e as finalidades da tecnologia digital, o que em si é uma postura que está diretamente relacionada a uma perspectiva de inclusão/alfabetização digital, de política pública e de construção de cidadania, não apenas de quem consome e assimila um conhecimento já estruturado e direcionado para determinados fins. p. 2

A educação para a informática e a Internet precisa ser planejada desde os primeiros níveis de ensino. Sem preconceitos ou imposições, sem substituir o analógico pelo digital, mas reforçando a capacidade cognitiva dos alunos e guiando a descoberta de novos horizontes. O acesso aos meios deve estimular a capacidade produtiva, apresentando os mais diferentes recursos e serviços disponíveis, sendo que, para isso, é necessária uma atualização constante dos professores, pedagogos e técnicos que trabalham com o conteúdo. p.6

Abordagem Teórica e Teóricos utilizados

Sampaio (2003) - as iniciativas de inclusão digital são aquelas que visam oferecer à sociedade “os conhecimentos necessários para utilizar com um mínimo de proficiência os recursos de informática e de telecomunicações existentes e dispor de acesso físico regular a esses recursos”. A inclusão digital se assemelha, portanto, à ideia de alfabetização digital, numa equivalência com a perspectiva da alfabetização no processo de inclusão social, voltando o foco para aqueles que também se encontram no próprio contexto de exclusão social, acrescentando a temática da tecnologia digital no sentido de somar esforços para atenuar essa diferença. p. 1

Melo (2002, p.42) elencou uma série de impasses a serem superados para o enfrentamento do assim chamado ‘apartheid digital’, dentre os quais vale ressaltar a reciclagem e a renovação de recursos humanos e a produção de conhecimento socialmente relevante. Mais interessante ainda seria pensar numa fusão acerca desses dois tópicos: a produção de conhecimento socialmente interessante por recursos humanos reciclados e renovados e a medida da plena inclusão estariam exatamente na combinação desses aspectos. p. 5

Victor van Oeyen (2003), fundador da Campanha CRIS na Bolívia, afirmou numa recente apresentação que o conceito vago e problemático de “Sociedade de Informação” poderia ser substituído pelo preciso “Direito Humano à Comunicação”, garantido “a todos os segmentos da população, incluindo neste (direito) sua participação ativa, inclusive na produção de conteúdo e o direito à propriedade dos meios para produzir tais conteúdos”, que contemplaria fatores tais como a “propriedade comunitária, conteúdo local, tecnologia apropriada, linguagem e pertinência cultural e convergência técnica”. p. 5

Síntese do texto (Associação de ideias/Crítica/ Foco/Posicionamento)-> Citações Diretas:

- Este processo implicaria numa reorientação estratégica de posicionamento em relação ao que costumeiramente constitui o propósito dos projetos de inclusão digital, pois, ao invés de serem apresentados a um conhecimento já acabado sobre o que a tecnologia digital possibilita, a sociedade ela mesma deveria manifestar suas demandas em relação aos benefícios que as tecnologias podem proporcionar, tornando-se assim, sujeitas do processo de inclusão digital, afirmando sua cultura e, por conseguinte, sua cidadania. p. 2 e 3 - (...) não há possibilidade de implementar a tecnologia digital na sociedade sem que haja uma planificação mais ampla, envolvendo outros setores também determinantes, visando oferecer um conjunto de condições propícias à assimilação dos benefícios que podem ser proporcionados. Além disso, que a disposição para implementar esse novo cenário seja conjunta por parte de governos, empresas e sociedade civil, mas que não seja imposta a partir de um setor em relação aos outros. p. 4 - Que as informações de interesse público estejam acessíveis (...) não se trata apenas de disponibilizar uma significativa quantidade de informação numa considerável base de dados, mas sim capacitar a população a compreender, assimilar, utilizar e ser capaz de se posicionar criticamente em relação a esses dados. p. 6 e 7 - (...) agenciar a sociedade digitalmente excluída no sentido de uma formação de uma consciência crítica do papel que a tecnologia representa em suas vidas. E fundamentalmente também proporcionar uma reflexão e ações sobre a ideia de inclusão digital que envolva o conjunto de suas variáveis determinantes no âmbito das políticas públicas de Estado, bem como no papel da iniciativa privada e da interação entre esses dois setores. p. 8 Nesse sentido estamos assumindo um conceito mais qualificado de inclusão, que envolve o

aproveitamento de recursos e serviços disponíveis na rede por parte do público. Uma definição que com certeza faria cair as estatísticas que incorporam somente o acesso como delimitador de quem é ou não incluído. Usuários que geralmente subutilizam a Internet, aproveitando em sua maioria o e-mail para ler e escrever e homepages para acessar, mas timidamente produzir. p. 9

Mapa Conceitual – n.º 43/2016 – ARAUJO, A.M. (Capítulo de livro)

Referência bibliográfica: BONILLA, Maria Helena Silveira. OLIVEIRA, Paulo Cezar Souza de. Inclusão Digital: Ambiguidades em curso. In: BONILLA, Maria Helena Silveira; PRETTO, Nelson de Luca (Org.). Inclusão digital - Polêmica contemporânea. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 23-48.

Quem são os sujeitos da exclusão digital citados no texto: Os sujeitos sem acesso e principalmente os que não se apropriam das novas tecnologias como cultura digital

Quais são os projetos propostos como alternativa e superação a exclusão digital?

O Brasil (...) no ano de 2000, quando lança o Livro Verde – Sociedade da Informação no Brasil. p.24

Programa Um computador por aluno (UCA) e do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (Proinfo). No entanto, segundo relatório do Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica da Câmara dos Deputados (2008, p. 52). p. 40

Como o texto define a Exclusão Digital? Qual a relação da Exclusão digital e a Educação?

O termo exclusão digital tem origem no final da década de 1980, a partir da introdução da informática nos ambientes de trabalho, e ganha força na década de 1990, com a chegada da internet, o que provoca uma reestruturação nas instituições e nas relações socioeconômicas. Apesar da origem datada, a noção de exclusão digital é tão problemática e inconsistente teoricamente como a de exclusão social. p. 31

A preocupação de Manuel Castells é com a cultura e com a educação. Embora ainda não estando presente em sua discussão a perspectiva da produção de conteúdos, de autoria e coautoria dos sujeitos no mundo digital, dimensão que efetivamente poderia ser significativa educacional e culturalmente para as comunidades, aponta para a necessidade de ir além da perspectiva técnica e do mero acesso. Marcos Palacios (2005, p. 2) também critica as iniciativas de inclusão digital que pouco abordam os aspectos educacionais e culturais, destacando as imbricações entre alfabetização, cultura hegemônica e inclusão digital. p. 38

Palacios (2005), e outros que entendem ser a alfabetização um pré-requisito para o uso das TIC, nos leva a refletir sobre a necessidade, ou não, de se estar alfabetizado para interagir nos ambientes digitais. Evidentemente, quanto mais inserido nas dinâmicas contemporâneas, dentre elas os processos educativos, com mais rapidez os sujeitos se familiarizam e compreendem os processos digitais. p. 38 e 39

Abordagem Teórica e Teóricos utilizados

Ferreira (2002), ao analisar a apropriação do termo exclusão pelas políticas públicas, também argumenta que ele vem sendo tratado de forma fragmentada e autônoma, sem articulação com os contextos de origem ou com as relações e efeitos políticos associadas, esvaziando o conflito presente em torno de cada problemática. p. 26

Lindomar Boneti (2005, p. 2) afirma que “trata-se de uma visão funcionalista de caracterizar um contingente populacional que estaria fora, à margem da sociedade, conforme expressou René Lenoir, considerado o criador dessa noção, no livro L’Exclus, publicado em 1974”. p. 26

Martins (2003) argumenta que denominamos exclusão o conjunto das dificuldades, dos problemas e dos modos precários e marginais de participação social que tem origem com as transformações econômicas. Para ele, esse é um processo de inclusão e não de exclusão. p. 26

Castel (2003), exclusão social relaciona-se não a uma categoria de análise, mas a uma problemática social que se constitui a partir da existência de indivíduos afastados de seus pertencimentos coletivos, vivenciando carências ou desvantagens sociais: pobreza, falta de trabalho, sociabilidade restrita, condições precárias de moradia, entre outras. p. 27

As dificuldades encontradas no emprego dos termos inclusão e exclusão têm levado alguns autores a propor a substituição do termo exclusão por outros mais adequados e menos contraditórios, tais como “desfiliação social” (CASTEL, 1998), “desqualificação social” (PAUGAM, 2003), “apartação social” (BUARQUE, 1994). Para Castel (1998), a exclusão é estanque ao denotar estados de privação. Já o conceito de desfiliação procura valorizar os processos que geram aquela situação, designando um percurso, não só uma ruptura. p. 29

Nardi, 2002 - Podemos pensar com Castel e afirmar que o termo exclusão não é apropriado, pois indivíduos ‘excluídos’ não estão fora da sociedade, eles fazem parte da sociedade numa posição de regulação que permite a manutenção de uma determinada forma de dominação. Podemos também pensar que o termo ‘inclusão’ tampouco faz sentido se formos coerentes com este raciocínio, uma vez que não se trata de “incluir” no sistema que ‘exclui’ mas sim de transformar a estrutura e a dinâmica sociais, portanto, não se discute a ‘inclusão’ mas sim a transformação. p. 29

Marie Anne Macadar e Nicolau Reinhard (2002, p.1) afirmam, por exemplo, que “não há dúvida que a exclusão digital aprofunda a exclusão socioeconômica”. Sérgio Amadeu da Silveira (2001, p. 18) reforça essa abordagem explicando que “a exclusão digital impede que se reduza a exclusão social, uma vez que as principais atividades econômicas, governamentais e boa parte da produção cultural da sociedade vão migrando para a rede”. p. 30

Sawaia (1999) entende que a exclusão digital é uma noção ambígua e complexa, sendo construída a partir de um processo dialético de inclusão e exclusão, à semelhança da exclusão social. p. 31

Warschauer (2006, p. 23) argumenta que “o objetivo da utilização da TIC com grupos marginalizados não é a superação da exclusão digital, mas a promoção de um processo de inclusão social. Para realizar isso é necessário ‘focalizar a transformação e não a tecnologia’”. Embora o referido autor adote em sua análise o dualismo exclusão/inclusão, já criticado anteriormente, refuta a noção largamente aceita de exclusão digital fundamentada na divisão binária entre os que acessam e os que não acessam as TIC. p. 32

Nelson Preto (2001), ao referir-se às políticas públicas para a inclusão digital, defende iniciativas que realizem a “inclusão de cidadãos, não como meros consumidores, seja de produtos ou de informações, mas como sujeitos plenos que participam do mundo contemporâneo enquanto seres éticos, autônomos e com poder de decisão”. p. 36

Schwartz (2006, p. 2) também procura avançar propondo o “conceito de emancipação digital como forma de potencializar os resultados obtidos pelos projetos tradicionais de inclusão digital ou mesmo para redesenhá-los”. p. 37

Síntese do texto (Associação de ideias/Crítica/ Foco/Posicionamento)-> Citações Diretas:

- se identificam as desigualdades quanto ao acesso de grandes contingentes populacionais às Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Tais desigualdades vêm sendo denominadas genericamente como digital divide, gap digital, apartheid digital, infoexclusão, ou exclusão digital, e têm justificado a formulação de numerosas políticas públicas com a finalidade de minimizá-las. p. 24 - Inclusão digital vem sendo pauta política obrigatória em quase todos os governos e tema de estudos em diversas áreas do conhecimento. p. 24 - Treinar pessoas para o uso dos recursos tecnológicos de comunicação digital seria inclusão digital? Para alguns autores, tais iniciativas não seriam suficientes para incluir digitalmente. Democratizar o acesso a tais tecnologias seria, então, incluir digitalmente? Não há consensos para tais questões. No entanto, em vista da relevância do fenômeno social relacionado, torna-se necessário que o problematizemos. p. 24 - O conceito de desfiliação propõe uma abordagem coerente com a complexidade e dinâmica da multifacetada realidade social contemporânea. p. 29 - Seguindo essas argumentações, se os indivíduos excluídos compõem a sociedade, mesmo que na condição de regulação da manutenção de uma determinada forma de dominação, não é possível considerá-los como estando “fora da sociedade”. A proposta formulada por Nardi (2002) é escapar da falsa lógica da inclusão numa sociedade excludente, apontando na direção de transformações estruturais da sociedade. Essa pode ser uma linha de fuga teórica e política necessária para compreendermos as dinâmicas contemporâneas e assim interirmos de forma coerente e profunda na realidade social. p. 30 - A abordagem das questões relacionadas às desigualdades quanto ao acesso e uso das TIC parece seguir o mesmo caminho reducionista que relaciona a exclusão social diretamente a uma nova forma de exclusão, agora denominada digital. p. 30 - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI), em 2004, encontramos a associação entre exclusão social e digital de forma bastante clara: “Os elevados índices de pobreza e desigualdade indicam que uma parte significativa da população na Bahia não tem condições de acessar as tecnologias [...] Na verdade a exclusão digital e a exclusão social são fenômenos estreitamente associados”. (BAHIA, 2004). p. 30 - Uma das principais constatações dos defensores da existência da exclusão digital relaciona-se com as dificuldades de acesso às TIC pelas parcelas da sociedade que já estão situadas à margem das possibilidades de acesso aos demais bens de consumo. p. 31 - A ênfase nos aspectos quantitativos, na visão de alguns autores, torna-se insuficiente para se aproximar dos componentes culturais, políticos e econômicos relacionados. Para Iizuka (2003, p. 55), “há um foco demasiado no fato em si e pouca atenção ao processo e a dinâmica que excluiu as pessoas e as organizações no acesso e uso das novas tecnologias”. p. 31 - Considerando tais pressupostos, os contingentes populacionais que nunca tiveram acesso às dinâmicas sociais baseadas no uso das TIC não poderiam ser considerados excluídos digitais, pois ainda não tiveram reconhecido o direito de acesso às mesmas; estão esquecidos, à margem dos processos de inserção dessas tecnologias na sociedade. p. 31 - Em nossas proposições, destacamos a ênfase na infraestrutura para a conectividade como condição necessária, mas não suficiente para a construção da cultura digital e a produção de conhecimentos requeridos pelas comunidades; ou seja, não bastam conexão e oferecimento de cursos de iniciação em informática para a promoção da “inclusão digital”. p. 37 - Um excluído digital tem três grandes formas de ser excluído. Primeiro, não tem acesso à rede de computadores. Segundo, tem acesso ao sistema de comunicação, mas com uma capacidade técnica muito baixa. Terceiro, (para mim é a mais importante forma de ser excluído e da que menos se fala) é estar conectado à rede e não saber qual o acesso usar, qual a informação buscar, como combinar uma informação com outra e como a utilizar para a vida. Esta é a mais grave porque amplia, aprofunda a exclusão mais séria de toda a História; é a exclusão da educação e da cultura porque o mundo digital se incrementa extraordinariamente. (CASTELLS, 2005) p. 38 - É necessário perceber que os espaços tecnológicos, nas escolas, configuram centros públicos de acesso às TIC e, portanto, de constituição da cultura digital, além da possibilidade de se constituírem efetivamente em espaços pedagógicos com as tecnologias disponíveis para a mobilização das aprendizagens dos alunos. Ou seja, deveríamos considerar tais espaços servindo a vários propósitos, uma vez que se

considera importante o imbricamento da escola com a vida, com a comunidade, com o trabalho, com a cultura, e uma vez que se constitui a escola em “espaço de inserção dos jovens na cultura de seu tempo – e o tempo contemporâneo está marcado pelos processos digitais”. (BONILLA, 2009, p. 186). p. 40 - Para os gestores públicos, educação está em um plano de abordagem, e inclusão digital em outro, totalmente diferente, inclusive com responsabilização de secretarias e ministérios específicos, sem articulação entre eles. Daí decorre, inclusive, a falta de política pública para a “inclusão digital” dos professores. p. 40 - Como as grandes carências sociais e educacionais concentram-se justamente nas parcelas populacionais mais pobres, o foco dos programas de inclusão digital é, então, combater a pobreza de modo sustentável. Combater a pobreza então se constitui como um dos argumentos centrais na formulação das políticas públicas, muitas delas de cunho assistencialista apenas, e passa a ser outra questão abordada ainda superficialmente nos estudos e ações de inclusão digital. p. 41 - E isso acontece porque faz parte do modelo econômico capitalista a geração e manutenção da pobreza, e as políticas públicas, com enfoque compensatório, buscam apenas manter o equilíbrio entre as forças em tensão, sem resolver efetivamente as questões sociais, e nem oferecendo os “instrumentos” – formação, canais de comunicação – necessários aos sujeitos para buscarem a articulação e a reivindicação de seus direitos. p. 41 - pode-se admitir, então, que o ciberespaço também compõe o espaço público contemporâneo e que o acesso aos meios comunicacionais constituídos pelas TIC compõem o rol dos direitos humanos na sociedade contemporânea. p. 43 - Esses novos exercícios e novas formas de cidadania, voltadas para a transformação da realidade social existente, devem configurar uma prática de libertação humana que permita ao ser humano reconhecer-se como sujeito de direitos, participante da sociedade. (BERWIG, 1997, p. 10). p. 44

Mapa Conceitual – n.º 44/2016 – ARAUJO, A.M. (Artigo de Revista)

Referência bibliográfica: BERGMANN, Helenice Maria Barcellos. Escola e inclusão digital: desafios na formação de redes de saberes e fazeres. Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância: Liberdade/SP, 2010. ISSN 1806-1362

Quem são os sujeitos da exclusão digital citados no texto: São os sujeitos que não têm condições de participar ativamente dos processos da inteligência coletiva que representam o principal interesse do ciberespaço.

Quais são os projetos propostos como alternativa e superação a exclusão digital?

Telecentros; as redes universitárias de pesquisas, os quiosques eletrônicos dos Correios ou à iniciativas que pretendem conectar as escolas públicas do país à Internet. p. 2 Programa GESAC e os cursos de formação de professores responsáveis pelo laboratórios de informática das escolas públicas. p. 3